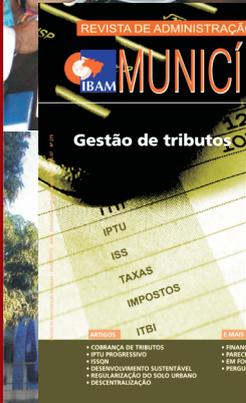




IBAM

Atividades 2011



Relatório de Atividades | 2011

IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal

2012

Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM
Largo IBAM, nº 1 – Humaitá – 22271-070 – Rio de Janeiro – RJ
Tel. (21) 2536-9797 – Fax (21) 2537-1262
E-mail: ibam@ibam.org.br - Web: www.ibam.org.br

Ficha Catalográfica
Catalogação na fonte pela Biblioteca do IBAM

Instituto Brasileiro de Administração Municipal
Relatório de Atividades 2011. Rio de Janeiro, 2012

60p. 28cm

1. Instituto Brasileiro de Administração Municipal – relatório, 2012.

CDD 352.06

Superintendente Geral

Paulo Timm

Conselho de Administração

Edson de Oliveira Nunes (presidente)

Edgar Flexa Ribeiro

Edvaldo Pereira de Brito

Henrique Brandão Cavalcanti

João Pessoa de Albuquerque

Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva

Maria Terezinha Tourinho Saraiva

Mayr Godoy

Paulo Alcântara Gomes

Tito Bruno Bandeira Ryff

Conselho Fiscal

Aguinaldo Helcio Guimarães

Paulo Reis Vieira

Raymundo Tarcísio Delgado

Roberto Guimarães Boclin

Willian Alberto de Aquino Pereira

Assembleia Geral do IBAM

Adolfo Martins de Oliveira, Aluizio Loureiro Pinto, Amilcar Figueira Ferrari,
Anna Maria Medeiros Peliano, Antonio Batista da Silva Junior, Carlos Alberto Serpa de Oliveira,
Carlos Alberto Trindade, Celio de Oliveira Borja, Cesar de Paiva Leite, Claudio de Paiva Leite,
Edgar Flexa Ribeiro, Edson de Oliveira Nunes, Eduardo Sales Novaes, Edvaldo Pereira de Brito,
Heitor C. Chagas de Oliveira, Henrique Brandão Cavalcanti, Ives Gandra da Silva Martins,
João Pessoa de Albuquerque, Joaquim Caetano Gentil Netto, Jorge Khoury,
José Maria Almeida Martins Dias, Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva,
Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Mario Alves de Melo, Mayr Godoy, Moacyr Barros Bastos,
Nelson Manoel de Mello e Souza, Paulo César Martinez y Alonso, Paulo Rabello de Castro,
Pedro Wilson Leitão Filho, Roberto Saturnino Braga, Sergio Ferraz Magalhães,
Stélio Emanuel de A. Roxo, Teresa Costa d'Amaral, Paulo Alcântara Gomes,
Tito Bruno Bandeira Ryff.

Apresentação

As páginas que se seguem contemplam as atividades do IBAM em 2011 e sua leitura irá mostrar, mais uma vez, a diversidade e a amplitude da atuação do Instituto envolvendo, de forma direta ou indireta, as questões relativas à Administração Pública brasileira, especialmente a municipal.

A variedade de temas objeto de trabalhos desenvolvidos pelo IBAM cresce a cada ano, consequência das ações que devem ser praticadas pelos Municípios, seja pela competência que possuem, seja porque a sociedade pede e espera atitudes da Administração local, seja ainda porque os Governos federal e estadual transferem à esfera municipal atribuições que exigem atenção conjugada.

Alguns projetos merecem destaque pela sua importância e por respeitarem a questões atuais, como é o caso do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, que teve continuidade em 2011 nos estados de Pernambuco e Pará, fruto de convênio com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e com órgãos estaduais semelhantes.

Outro projeto que também tem expressivo resultado social é o que trata de resíduos sólidos, salientando-se o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para Implantação da Logística Reversa das embalagens pós-consumo, iniciado por sugestão do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e executado pelo IBAM para o Ministério do Meio Ambiente.

No que concerne ao desenvolvimento institucional dos Municípios, a implantação da nota fiscal eletrônica para o imposto sobre serviços, que tem sido feita pelo IBAM em grande número de localidades, traz benefícios de monta pelo fato de permitir o aumento da arrecadação tributária, com envolvimento de servidores, contribuintes e outros agentes ligados à tributação.

Nessa mesma linha de promover o desenvolvimento institucional está a realização de concursos públicos, exigência constitucional que no ano findo atingiu a elevado número, com milhares de vagas oferecidas a candidatos, em diferentes estados.

Encerre-se esta página, dedicada a chamar a atenção para a leitura do texto completo do Relatório, com a referência ao fato de que em outubro o IBAM completará seis décadas ininterruptas de contribuição à concepção e implementação de políticas públicas e, conseqüentemente, à qualidade de vida dos munícipes.

Paulo Timm
Superintendente Geral

Sumário

Ações pelo Desenvolvimento do Município	6
Ensino	19
Assessoria Técnica	31
Ação Cultural	53
Compromisso Social.....	54
Balço Social, Balço Patrimonial e Demonstração do Resultado	57

Ações pelo Desenvolvimento do Município

Promover o desenvolvimento institucional do Município como esfera autônoma de Governo, fortalecer sua capacidade de formular políticas, prestar serviços e fomentar o desenvolvimento local, tendo como foco uma sociedade democrática e a valorização da cidadania, este o propósito do IBAM e das ações que realiza.

A prestação de serviços de assistência técnica a distância via associação de entidades ao Instituto é a manifestação mais ampla e democrática de tal propósito.

Nos últimos cinco anos, o IBAM atendeu 4.334 Municípios, número que é resultado do comprometimento do Instituto com a identificação e operacionalização de soluções para os problemas da Administração Pública.

A principal atividade desenvolvida pela equipe da Consultoria Jurídica é o atendimento às entidades associadas ao Instituto por meio telefônico, de elaboração de pareceres escritos, atendimento presencial e elaboração de estudos, artigos, minutas e modelos que são disponibilizados pelo Laboratório de Administração Municipal.

Pela via telefônica a Consultoria Jurídica do IBAM é diariamente acionada para prestar orientações sobre as mais diversas dúvidas que demandam solução, quase sempre, imediata.

Em decorrência deste atendimento, a dúvida é prontamente esclarecida e quando se revela necessário é recomendada a leitura de pareceres, estudos e artigos já elaborados pela equipe da Consultoria Jurídica, sem prejuízo da indicação da legislação pertinente e da jurisprudência dos Tribunais Superiores.

Além de responder às solicitações feitas por telefone, nossos consultores realizam atendimento presencial às entidades associadas ao Instituto para elucidação de dúvidas e construção conjunta de soluções para os problemas enfrentados. O atendimento presencial na sede do Instituto não só é uma boa oportunidade para os gestores municipais conhecerem de perto a nossa equipe de consultores, como também a própria sede e um pouco mais sobre os demais trabalhos que o Instituto realiza.

As respostas por escrito, como não poderia deixar de ser, são elaboradas com base na melhor doutrina e jurisprudência pátria. A linguagem é sempre a mais clara e objetiva possível, de modo a esclarecer definitivamente a dúvida que nos é submetida. Para se ter uma ideia do volume da demanda das entidades associadas, vale destacar que somente em 2011 a Consultoria Jurídica do IBAM elaborou mais de dois mil e seiscentos pareceres escritos sobre os mais diversos temas do Direito Público, com tempo médio de resposta de três dias.

Rede IBAM de Municípios e entidades associadas ao IBAM

- 2.613 pareceres foram emitidos para as entidades associadas em 2011, atendendo a solicitações por meio eletrônico, em média 218 pareceres por mês. Cinquenta e nove por cento dos pareceres foram elaborados a pedido de Câmaras Municipais, 40% por solicitação de Prefeituras e 1% por demanda de outras entidades. Já o atendimento telefônico, orientou 841 consultantes.
- Exemplares dos quatro trimestres de 2011 da Revista de Administração Municipal também foram enviados às entidades associadas.
- O LAM – Laboratório de Administração Municipal registrou 68.052 acessos e 32.597 visualizações ou downloads de arquivo, sendo 30.457 pareceres, 496 estudos, 1.338 modelos e 306 artigos da Revista de Administração Municipal.

O banco de dados de pareceres do IBAM é uma poderosa ferramenta posta à disposição do gestor público para auxiliá-lo no processo de tomada de decisões urgentes, eis que a solução de um problema enfrentado por um associado é compartilhada com todos os demais, possibilitando, assim, rápido acesso à orientação necessária para solução de questões, muitas das vezes complexas, que demandam decisões imediatas. Novos documentos foram acrescentados ao Banco de Dados, entre os quais destacam-se:

- Tributação. Contribuição sindical. Exigência de recolhimento para a concessão de licenças municipais. Art. 608 da CLT. Inconstitucionalidade. Ofensa à autonomia municipal e limitação ao livre exercício profissional.
- Servidor Público. Cessão de servidores. Observância do regime jurídico aplicável na entidade de origem. Pagamento de vantagem remuneratória. Comentários.
- Servidor Público. Ponto facultativo. Natureza jurídica. Integração das duas correntes jurisprudenciais existentes. Direito condicional dependente da ocorrência de condição negativa: não exercício de discricionariedade por autoridade superior declarando inaplicável o ponto facultativo à entidade ou órgão em que o servidor está lotado. O caso de prestação de serviço essencial é um exemplo de não ocorrência dessa condição negativa, conseqüentemente inexistindo direito ao repouso ou ao não comparecimento ao serviço. Inexistente obrigação de compensação de horas ou folgas. Ainda que conclusão fosse diversa, não haveria esse direito para ocupantes de cargo em comissão,



dado o regime de dedicação exclusiva a que se submete, já remunerado pela respectiva gratificação.

- Previdência. Aposentadoria compulsória. Obrigatoriedade para todos os servidores, inclusive quando vinculados ao RGPS. Omissão da Administração. Relação jurídica funcional nula.
- Serviços Públicos. Serviços Funerários. Permissão ou Concessão. Autorização Legislativa. Licitação.
- Concessão de Serviços Públicos. Distinção entre serviços próprios e impróprios. Serviços funerários acessórios e não essenciais. Intervenção indevida na livre iniciativa e na ordem econômica.
- Processo Legislativo. Iniciativa-parlamentar. Contratação de serviços de assessoria técnica especializada para elaboração de Código Fiscal, Código de Posturas, Código Ambiental, Código Sanitário e Código de Obras e Uso de Ocupação do Solo.
- Tributação. Aforamento. Extinção do instituto da enfiteuse pelo Código Civil de 2002. As enfiteuses já constituídas continuam regulamentadas pelo Código de 1916. Cobrança dos foros anuais. Regulamentação.
- Patrimônio Municipal. Doação de bens pela Câmara.
- Poder Legislativo. Número de vereadores. Limites máximo e mínimo. Observância à Emenda Constitucional nº 58/2009.
- Processo Legislativo. Projeto de Lei. Obrigatoriedade de realização de exame de oximetria de pulso em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades localizadas no âmbito do Município. Inconstitucionalidade formal. Comentários.
- Processo Legislativo. Projeto de lei que confere aos idosos prioridade nas consultas e exames médicos realizados na rede pública municipal de saúde. Matéria não é de interesse local. Competência legislativa concorrente da União e dos Estados. Inconstitucionalidade.
- Servidor Público. A cumulação de cargos públicos é vedada pela Constituição da República, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas no Texto Constitucional. Nesse sentido, acumulação, mesmo que por período restrito de tempo, durante o qual se espera resultado de processo judicial, é inconstitucional.
- Servidor Público. Servidores públicos celetistas transferidos para o regime estatutário. Contagem do tempo de serviço prestado com vínculo regido pela CLT para fins de obtenção de licença-prêmio dependerá das disposições constantes do Estatuto dos Servidores Municipais. Interpretação da Súmula 678 do Supremo Tribunal Federal. Comentários.

- Tributação. A multa que sanciona ato ilícito não constitui crédito tributário. A natureza jurídica dessa multa é de sanção administrativa. Não pode o Poder Público, por força do princípio da legalidade, abrir mão de impor sanção prevista em lei. Comentários.
- Alargamento da base de cálculo de IPTU. Caracteriza aumento do tributo e, por isso, depende de lei formal publicada no exercício anterior ao da cobrança do imposto. À fixação da base de cálculo do IPTU não se aplica o princípio da anterioridade nonagesimal previsto no artigo 150, III, “c” da Lei Maior, por força da regra específica constante da parte final do artigo 150, §1º, do mesmo diploma, que excepciona a aplicação do princípio. O imposto, já com a nova base de cálculo, é exigível a partir do primeiro dia do exercício seguinte da publicação da nova lei. Comentários.
- Finanças Municipais. Aquisição de computadores portáteis (notebooks) para destinação a professores e pedagogos efetivos da rede municipal de ensino. Utilização dos 40% do FUNDEB não vinculados pelo art. 22 da Lei nº 11.494/2007. Possibilidade condicionada à justificativa da necessidade do equipamento para o desenvolvimento do ensino de qualidade, como elemento parte da análise de economicidade, que por sua vez serve como demonstração do atendimento à moralidade administrativa. Entrega do bem ao servidor mediante termo de recibo constando sua responsabilidade pela guarda e conservação.
- Patrimônio Municipal. Patrimônio histórico, artístico e cultural. Tombamento. Necessidade de lei local que regulamente o processo administrativo de tombamento. Competência legislativa municipal concorrente (art. 30, I, II e IX, CRFB).
- Licitação. Efeito carona. Considerações.
- Convênios/Contratos. Serviço-Contínuo. Prorrogação. Hipótese distinta da mera dilação de prazo. Desnecessidade de verificação de saldo remanescente.
- Licitação. Convite. Necessidade de três propostas válidas. Escolha de marca. Impossibilidade de utilização de critério subjetivo e de exigência de indicação na formulação da proposta. Necessidade de previsão orçamentária. Precedente do IBAM.
- Servidor Público. Cometimento de falta. Dever de apuração e aplicação das regras legais, inclusive com relação ao puro comissionado tenha ou não sido exonerado.
- Processo Legislativo. Vedação ao uso de aparelhos eletrônicos no interior de agências bancárias. Princípio da razoabilidade. Comentários.
- Servidor Público. Projeto de Lei. Licença-maternidade. Extensão do prazo para 180 dias. Lei Municipal de iniciativa do Poder Executivo. Considerações. Comentários.
- Licitação. Leilão. Procedimentos. Comentários.
- Licitação. Sanções administrativas. Suspensão de contratar e declaração de inidoneidade. Extensão dos efeitos. Divergência doutrinária. Considerações.

- Agente Político. Inelegibilidade por rejeição das contas. Comentários. Providências.
- Processo Legislativo. Requisitos de acesso aos cargos de secretário municipal e aos cargos comissionados no âmbito do Poder Executivo e Legislativo. Inelegibilidade não pode ser matéria de LOM. Princípio da separação dos poderes (art. 2º, da CRFB/1988). Princípio da simetria (art. 29, caput, da CRFB/1988). Princípio da moralidade. Comentários.
- Poder Legislativo. Concessão de lanches a servidores. Possibilidade.
- Processo Legislativo. Projeto de lei. Regras sobre a instituição de feriados. Feriados religiosos. Datas comemorativas. Inclusão de eventos no calendário oficial do município. Matéria de interesse local (art. 30, I, da CRFB).
- Processo Legislativo. Projeto de lei. Institui a “Semana municipal de prevenção ao câncer de mama”. Programa de Governo. Ato de Gestão. Violação do Princípio da Separação e Independência dos Poderes (art. 2º da CRFB/88). Inconstitucionalidade.
- Poder Legislativo. Projeto de Lei, de iniciativa parlamentar, que determina ao Prefeito elaborar Programa de Metas e cumprir outras atribuições. Inconstitucionalidade por afronta às regras sobre a iniciativa das leis e à separação e independência dos poderes.
- Competência Legislativa Municipal. Projeto de Lei. Símbolos Municipais: hino. Distritos e Subdistritos.
- Eleição. Regras da Lei Eleitoral sobre aumento da remuneração de pessoal. Comentários. Prazos.
- Processo Legislativo. Projeto de Lei. Programa antibullying escolar. Função típica do Poder Executivo. Ato de mera gestão da coisa pública. “Reserva da Administração”. Função Fiscalizadora do Poder Legislativo. Julgamento das Contas.
- Competência Legislativa Municipal. Projeto de lei. Proibição de plantio, cultivo ou manutenção de plantas que acumulem água em suas folhagens, como bromélias e outras.
- Poder Legislativo. Publicidade dos atos públicos financiados, ou não, pelo Poder Público. A propaganda promovida por órgãos públicos deve, sempre, atender a finalidades educativas, informativas e de orientação social. O princípio da impessoalidade veda a vinculação dos atos dos órgãos públicos a agentes públicos específicos, caracterizando promoção pessoal. A Câmara Municipal pode promover campanhas publicitárias educativas, cumprindo, assim, sua função de órgão promotor da democracia, da cidadania e dos direitos fundamentais em geral.
- Processo Legislativo. Projeto de lei. Denomina “Casa do Agricultor Adão Preto” o imóvel de propriedade do Município. Denominação de Próprios Públicos. Princípio da Moralidade, da Impessoalidade e da Publicidade.

- Competência Legislativa Municipal. Exercício de Profissão Regulamentada. Músico. Necessidade de registro junto à Ordem dos Músicos do Brasil.
- Serviços Públicos. Transporte individual de passageiros. Serviço de Táxi. Poder de Polícia. Lei Autorizativa.
- Política Urbana. Poder de Polícia. Preservação da Saúde Pública. Obrigatoriedade de higienização de óculos 3D. Competência Legislativa Suplementar.
- Constituição e Emendas Constitucionais Servidor Público. Nepotismo. Súmula vinculante nº 13 do STF. Poderes diversos. Nepotismo cruzado. A nomeação para cargos efetivos não está abrangida pela vedação.

Sobre assuntos de natureza orçamentária, financeira e contábil foram prolatados, por escrito, 149 pareceres sobre os mais variados, tais como:

ORÇAMENTÁRIOS

- Classificações de receitas e despesas governamentais
- Abertura e execução de créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários
- Discussão em torno de conteúdos do plano plurianual e diretrizes orçamentárias

FINANCEIROS

- Reflexos de operações em fluxo de caixa;
- Gestão por fundos especiais;
- Relações financeiras Prefeitura/Câmara Municipal.

PATRIMONIAIS

- Depreciações, exaustão e amortizações;
- Avaliações de bens patrimoniais.

CONTÁBEIS

- Adoção do regime de competência no reconhecimento das receitas e despesas governamentais, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e com as da Lei 4320 de 17 de março de 1964.
- Organização da Contabilidade pública no âmbito dos Municípios, tendo em vista as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.
- Sistema de Custos e de Controle Gerencial.

- Depreciações de bens destinados à área da Educação.

Destaque-se que alguns pareceres foram publicados na Revista de Administração Municipal, dada a importância do assunto tratado, assim como também foram convertidos em artigos para difusão de conhecimentos como nos casos de Depreciações no âmbito da Administração Municipal, Custos e Controle Gerencial e Créditos Extraordinários, também publicados naquela Revista.

Total de Municípios Atendidos por Região

Centro-Oeste	14
Nordeste	8
Norte	2
Sudeste	109
Sul	16

Total de Pareceres Prolatados

Câmaras	71
Prefeituras	73
Outras entidades	5
Consultas Telefônicas	85

No grupo Outras Entidades pode-se destacar a Fundação Alexandre Gusmão, vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, do Governo Federal, e a ABRACAM, Associação Brasileira de Câmaras Municipais.

Representações do IBAM

A representação do Instituto no Estado de São Paulo manteve o perfil de resultados dos anos anteriores, com expressiva participação no assessoramento aos Governos Municipais para realização de concursos públicos.

A representação no Estado de Santa Catarina ampliou sua presença junto aos Municípios e obteve resultados significativos em assessoramento técnico em organização e gestão, bem como aumentou, de forma significativa, a assessoria a Prefeituras e Câmaras Municipais, a elaboração e execução de Concursos Públicos, em todas as suas etapas.

O IBAM mantém a sua política de ampliar representações e parcerias sob a ótica da otimização de capacidades e de garantir a sua presença efetiva no desenvolvimento da capacidade institucional dos Governos Municipais.

Relações institucionais

Encontro de Gestores Municipais de Assistência Social da Região Sudeste

Fluminenses, paulistas, mineiros e capixabas que atuam na área da assistência social se mobilizam para intensificar a identificação da população que ainda se encontra excluída dos programas de transferência de renda, serviços e benefícios que asseguram direitos e melhoria da qualidade de vida. Essa foi uma das principais ações discutidas no Encontro Regional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) do Sudeste, realizado no auditório do IBAM, nos dias 21 e 22 de fevereiro.



O encontro foi organizado pelo Congemas, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e contou, entre outras autoridades, com a presença do Deputado Estadual Rodrigo Neves, da Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Colin, do coordenador da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério, Jaime Rabelo, da presidenta do Congemas, Ieda Nobre de Castro, e do Superintendente Geral do IBAM, Paulo Timm.

IBAM participa de Workshop em Nova Delhi, Índia

A convite do Banco Mundial, o IBAM, representado pela Dra. Cristina Baratta, diretora da ENSUR, participou de uma oficina sobre criação de novos Institutos de Recursos Urbanos, na Índia. O workshop, que aconteceu no período de 5 a 7 de abril, foi uma iniciativa do Ministry of Housing and Urban Poverty Alleviation com o apoio da Cities Alliance e do World Bank Institute.

28º Congresso Mineiro de Municípios

No período de 3 a 5 de maio, o IBAM participou do 28º Congresso Mineiro de Municípios, realizado em Belo Horizonte/MG, onde se discutiram temas ligados à comunicação, inclusive sobre como utilizar as novas ferramentas disponíveis em benefício de uma gestão pública eficiente e moderna. Paralelamente ao Congresso, foi realizada a Feira para o Desenvolvimento dos Municípios. Neste espaço estiveram reunidas diversas instituições, entre elas o IBAM, empresas e prestadores de serviços visando à interação dos participantes, a fim de concretizar o diálogo eficaz entre os diferentes fatores que integram a administração pública, bem como fazer contatos com potenciais parceiros e/ou investidores na obtenção de melhores resultados nas administrações. Nesta oportunidade, o IBAM destacou sua atuação há mais de 59 anos, sempre em parceria com os Municípios na orientação da gestão municipal em todos os seus aspectos e, especificamente, no fortalecimento da capacidade institucional do governo municipal via gestão da arrecadação tributária, apresentando uma nova Sistemática de Gestão Compartilhada do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

IBAM participa de Abertura Oficial do Seminário Rio Metr pole



A convite do Governador Sérgio Cabral, o Superintendente Geral do IBAM, Dr. Paulo Timm, e o Superintendente de Desenvolvimento Econ mico e Social, Dr. Alexandre Santos, participaram da Conferência de Abertura Oficial do Seminário Rio Metr pole, promovido pelo Estado do Rio de Janeiro, Banco Mundial e Agência Espanhola de Coopera o, com a palestra do Ministro Gilmar

Mendes, do Supremo Tribunal Federal. O evento aconteceu no dia 16 de maio no auditório do anexo do Palácio Guanabara.

Superintendente Geral do IBAM participa da Posse do Presidente da Associa o Comercial do Rio de Janeiro - ACRJ

O empresário Antenor Barros Leal foi eleito presidente da Associa o Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ) para o bi nio 2011-2012. Presidente do Moinho  gua Branca, Barros Leal, escolhido de forma unânime pelos integrantes da Associa o presentes, sucede o empresário José Luiz Alqu eres. A sessão solene de posse, seguida de coquetel, aconteceu na própria ACRJ no dia 10 de junho.

Aniversário da Independência dos Estados Unidos

A convite do C nsul Geral dos Estados Unidos da América no Rio de Janeiro, Sr. Dennis Hearne, do Embaixador dos Estados Unidos para o Brasil, Sr. Thomas Shannon, e do Ministro Conselheiro, Sr. Todd Chapman, o Dr. Paulo Timm participou, no dia 5 de julho, da celebra o dos 235 anos da Independência dos Estados Unidos da América. Entre os cerca de 400 convidados, representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, das Forças Armadas, de Ongs, da sociedade civil e do corpo consular creditado no Rio de Janeiro.

UPB e IBAM realizam debate sobre o ISSQN na Administra o Municipal

A União de Municípios da Bahia - UPB e o IBAM promoveram no dia 12 de julho, no auditório da UPB em Salvador/BA, painel temático sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

Na solenidade de abertura do evento, que teve por objetivo munir a administra o pública municipal com informa es e dados sobre o ISSQN, estiveram presentes o Superintendente Geral do IBAM, Dr. Paulo Timm, o prefeito de Brumado e segundo tesoureiro da UPB, Eduardo Vasconcellos, o tributarista Dr. Sebastião Rolon Neto, além de diversos Prefeitos, Secretários Municipais, e representantes das prefeituras baianas.

Na oportunidade, o IBAM destacou sua atua o há mais de 58 anos, sempre em parceria com os Municípios na orienta o da gestão municipal em todos os seus aspectos e, especificamente, no fortalecimento da capacidade institucional do governo municipal via gestão da arrecada o tributária, apresentando uma nova Sistemática de Gestão Compartilhada do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

XXVI Congresso Brasileiro de Servidores de Câmaras Municipais

A Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais – ABRASCAM promoveu, nos dias 25 a 28 de julho, o XXVI Congresso Brasileiro de Servidores de Câmaras Municipais, em Petrolina (PE). O IBAM, que desde o início das atividades da ABRASCAM tem sido seu parceiro, participou do evento representado pelo Prof. Rui Veloso, urbanista e constante colaborador do Instituto, que ministrou palestra sobre “Sustentabilidade Ambiental Urbana”. Participou também do evento o Prof. Edvaldo Brito, membro do Conselho de Administração do IBAM, com o tema “A Ética no Exercício da Função Pública”.

Fórum Ibero-americano e do Caribe Melhores Práticas

Nos dias 1 e 2 de agosto de 2011 foi realizada em Bogotá/Colômbia, reunião do Fórum Ibero-americano e do Caribe Melhores Práticas, na qual o IBAM foi representado por Marlene Fernandes, Coordenadora do Centro de Referência Melhores Práticas da Escola Nacional de Serviços Urbanos/ENSUR.

Na reunião, estiverem presentes representantes das seguintes instituições e organizações integrantes do Fórum, na qualidade de Nós Sub-regionais e Pontos Focais: El Agora (Argentina) representante dos Países do Cone Sul; CENVI (México) representante dos Países da América Central e do Caribe, Fundación Hábitat Colombia representando os Países Andinos, e IBAM representando o Brasil; além de Fundasal (São Salvador), SUR (Chile) e UCR (Costa Rica). A reunião foi coordenada por Erik Vittrup – Gerente de Programas do Escritório Regional da ONU-Habitat para a América Latina e o Caribe (ROLAC), representando o Secretariado do Fórum e contou com o apoio de Gema de Vega do mesmo Escritório.

Organizações Públicas: A gestão da Gente

A ABRH-RJ realizou no dia 02/08/2011, com o apoio do IBAM, o fórum “Organizações Públicas – a gestão da gente”. O evento aconteceu no Auditório do Instituto e teve a presença do seu Superintendente Geral, Paulo Timm, do Presidente da Diretoria Executiva da ABRH-RJ, Fábio Ribeiro, da Superintendente de Organização e Gestão do IBAM, Claudia Ferraz, além de Diretores da ABRH/RJ.

Os temas do encontro foram “Concurso Público – Sucesso de Público e Problemas com a Crítica”, com palestra do Dr. Fernando Barbalho Martins, Procurador do Estado do Rio de Janeiro, Advogado e Professor da Universidade Cândido Mendes e da Fundação Getúlio Vargas, “Gerindo Competências e Alcançando Resultados” com Dalila Brito, Diretora de Gestão de Pessoas da Comlurb, e “Escolas de Governo” com Tereza Cristina Baratta, Diretora da Escola Nacional Serviços Urbanos do IBAM.

O Fórum teve a presença de representantes de várias Organizações Públicas sediadas no Rio de Janeiro, tais como: Fiocruz, Comlurb, Fundação Jardim Zoológico, Rio Luz, Fundação Jardim Botânico e de algumas Prefeituras do Estado. O objetivo principal do evento foi encurtar os relacionamentos entre os colaboradores das entidades públicas do Estado Rio de Janeiro e também divulgar o Prêmio Ser Humano, onde as organizações públicas poderão apresentar seus cases inovadores na área de gestão de pessoas.

Conselho de Administração do IBAM é renovado

A Assembleia Geral do IBAM reuniu-se em 30 de agosto para eleger o Conselho de Administração para mandato de quatro anos. Sua composição conta com os seguintes associados efetivos: Edson de Oliveira Nunes, Edgar Flexa Ribeiro, Edvaldo Brito, Henrique Brandão Cavalcanti, João Pessoa de Albuquerque, Luiz Antonio Santini, Maria Terezinha Saraiva, Mayr Godoy, Paulo Alcântara Gomes e Tito Bruno Bandeira Ryff. O Conselho de Administração, no mesmo dia, reuniu-se para eleger seu Presidente, cabendo o cargo a Edson de Oliveira Nunes, eleito por unanimidade por seus pares. O associado Edson de Oliveira Nunes, novo Presidente do Conselho de Administração, é graduado em Ciências Sociais e Direito (UFF), mestre (IUPERJ) e doutor (University of California at Berkeley) em Ciência Política, e ocupou os cargos de secretário geral adjunto do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de vice-presidente executivo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e de presidente do IBGE e do Conselho Nacional de Educação, hoje atuando como pró-reitor da Universidade Cândido Mendes. O associado João Pessoa, que terminou seu mandato na presidência, dedicou-se efetivamente às questões relacionadas com o Instituto não só na qualidade de Presidente, mas como verdadeiro entusiasta e defensor dos objetivos e das atividades do IBAM, indo além do que exigiam suas atribuições.

IBAM participa do processo de elaboração e divulgação do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente - RQMA 2011

A convite da Diretoria de Qualidade Ambiental – DIQUA, do IBAMA, no dia 16 de setembro o IBAM participou de reunião relativa ao processo de elaboração do Relatório de Qualidade do Meio Ambiente - RQMA Brasil 2011, com o objetivo de consolidar a participação de instituições que haviam manifestado interesse em contribuir na elaboração e divulgação do referido Relatório.

A participação do IBAM se deu através dos temas “Aspectos Sociais e Econômicos” e “Ambientes Urbanos” e teve como representantes Tereza Cristina Baratta, Diretora da Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, Ricardo Cesar Moraes, assessor técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – DUMA, e Maria Cristina Soares Almeida, Arquiteta e Consultora.

IBAM e CRA-RJ firmam protocolo de intenções

O IBAM e o Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro – CRA-RJ, representados pelo Superintendente Geral, Paulo Timm, e pelo Presidente, Wagner Siqueira, assinaram no dia 28 de setembro protocolo de intenções com o objetivo de promover iniciativas conjuntas para disseminar boas práticas da Ciência da Administração, voltadas especialmente para a Gestão Municipal.

O Acordo tem por objetivo direcionar os esforços de ambas as entidades para:

- a disseminação das boas práticas da Ciência da Administração, especialmente da Gestão Municipal, utilizando para esse fim os seus veículos de comunicação;
- a realização de eventos de interesse comum, do IBAM e das comunidades locais nas sedes da Casa do Administrador, localizadas em oito municípios fluminenses;

- o apoio mútuo na realização de eventos de interesse comum que ambas as entidades venham a realizar no Rio de Janeiro ou no Brasil;
- a constituição de um Grupo de Trabalho para apoiar a identificação de conteúdos curriculares que possam ser melhor explorados pelas Instituições de Ensino Superior que mantêm cursos de Bacharelado em Administração.

O primeiro projeto deste Acordo está em pleno funcionamento e corresponde à realização, por meio da WebRadioCRA/RJ, de um programa quinzenal, denominado Gestão Municipal onde o IBAM, na palavra de seus dirigentes, profissionais e consultores, apresenta temas estratégicos e os desafios com que se deparam as administrações locais para o aperfeiçoamento de seu desempenho.

Em 2011 foram realizados oito programas, transmitidos para todo território nacional não apenas pela WebRadio CRA/RJ mas também a partir do site do IBAM e das publicações periódicas de cada entidade. Deles participaram: Alexandre Santos, Claudia Ferraz, Erico Lopes, Marcos Flavio R. Gonçalves, Jaber Monteiro, Paulo Timm, Mara Biasi e Maria da Graça Ribeiro das Neves.

Para 2012 o Acordo prevê a realização de novos projetos e a manutenção do Gestão Municipal.

Representação do IBAM no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher

A coordenadora do Programa Gênero e Políticas Públicas do IBAM, Delaine Martins Costa, representa o Instituto no Conselho Estadual dos Direitos da Mulher – CEDIM. Em 2011 participou em reuniões ordinárias mensais, foi membro da Comissão Organizadora e da SubComissão de Temática e de Relatoria, da III Conferência Estadual de Políticas para Mulheres, realizada no período de 21 a 23 de outubro de 2011.

Membro do Conselho de Administração do IBAM recebe Medalha Tiradentes

Diretor-geral do Instituto Nacional do Câncer (Inca) desde 2005 e Membro do Conselho de Administração do IBAM, o médico e professor Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva foi homenageado, no dia 7 de novembro, com a Medalha Tiradentes. A concessão da insígnia foi uma iniciativa dos deputados Gilberto Palmares (PT) e do presidente da Casa, Paulo Melo (PMDB). A



Medalha Tiradentes é uma condecoração concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj a homens e mulheres que se destacam em seu ramo de atividade e que, através de suas ações, obtêm o reconhecimento da sociedade. A cerimônia de entrega foi realizada na sede da Alerj.

Superintendente Geral do IBAM participa de Reunião em Washington, DC

A convite do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, através da Divisão de Gestão Fiscal e Municipal – FMM, o Dr. Paulo Timm participou da segunda reunião do Grupo de Diálogo Técnico sobre Descentralização e Desenvolvimento Local. A reunião teve como tema central a mobilização de receitas subnacionais e contou com a participação de especialistas internacionais nas áreas de política e administração tributária, política fiscal, economia política e de tributação, entre outras. O evento se deu nos dias 17 e 18 de novembro, em Washington, DC.

Prêmio SER HUMANO 2011 ABRH-RJ

No dia 24 de novembro aconteceu no prédio da Bolsa de Valores, no Rio de Janeiro, a cerimônia do Prêmio Ser Humano 2011, oferecido pela ABRH-RJ às organizações do setor privado e que, desde 2009, conta com a parceria do IBAM para premiação à Organização Pública. Este ano, o prêmio homenageou Luiz Carlos Campos, ex-presidente da ABRH-RJ no período 1998-2003 e então presidente da ABRH Nacional.



A prática educacional do IBAM foi construída ao longo de décadas de estreita parceria com os governos municipais, procurando alargar sua atuação como agentes de promoção do desenvolvimento sustentável.

Cada vez mais as ações educacionais são construídas a partir da abordagem sociointeracionista, na qual o docente é mediador do processo de construção do conhecimento e o participante é estimulado a questionar, descobrir e compreender os temas abordados nos cursos a partir da interação com o professor e demais participantes.

São oferecidos, de forma permanente, cursos nas modalidades presencial e a distância direcionados para a capacitação de agentes políticos; gestores e servidores públicos de diversos níveis; dirigentes de organizações governamentais e não governamentais, além de lideranças da sociedade civil. A diversidade de temas e formatos adotados para as ações de ensino têm proporcionado o constante aprimoramento metodológico dos programas realizados nas instalações do IBAM, na cidade do Rio de Janeiro, ou de forma descentralizada, em qualquer parte do território brasileiro e em países latino-americanos e africanos de língua portuguesa.

Com o objetivo de melhor apoiar as Escolas de Governo Municipais que vêm se multiplicando no país, a Escola Nacional de Serviços Urbanos do IBAM passou a desenvolver as seguintes atividades:

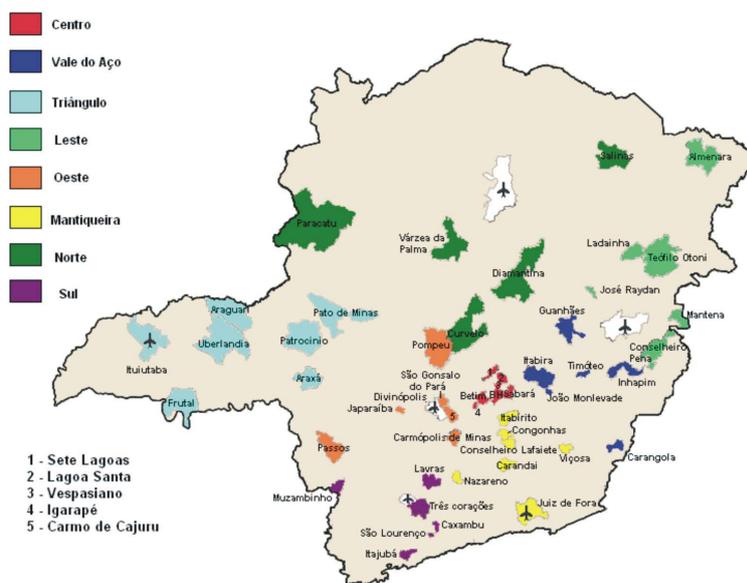
- Mapeamento de Necessidades de Capacitação - consiste no processo de identificação das competências que precisam ser desenvolvidas e/ou aperfeiçoadas pelos servidores considerando-se os requisitos dos cargos e funções que ocupam;
- Plano de Capacitação para Servidores Públicos – consiste na elaboração das diretrizes educacionais e definição da estrutura curricular dos cursos que serão oferecidos pelas Escolas de Governo e;
- Programa de Formação de Multiplicadores, que visa preparar gestores e técnicos municipais para atuarem como docentes em programas e projetos educacionais da Administração Municipal.

A seguir estão descritas as atividades realizadas no ano de 2011.

Capacitação em Gestão Energética

Com o objetivo de transferir o conhecimento sobre eficiência energética para servidores municipais, tornando-os capazes de organizar, gerenciar e planejar o consumo de energia elétrica nos segmentos de consumo de energia elétrica das Administrações Municipais, além de disseminar a cultura do uso eficiente para a sociedade local, a CEMIG Distribuição e o Governo do Estado de Minas Gerais, em parceria com o IBAM implementa desde setembro de 2011, o Projeto PLAMGE nos Municípios pilotos mineiros.

O Projeto PLAMGE está em desenvolvimento em 50 Municípios, do total de 774, pertencentes à área de atuação da CEMIG Distribuição: Almenara, Araguari, Araxá, Belo Horizonte, Betim, Carandaí, Carangola, Carmo do Cajurú, Carmópolis de Minas, Conceição das Alagoas, Congonhas, Conselheiro Lafaeite, Conselheiro Pena, Cruzília, Curvelo, Diamantina, Frutal, Guanhães, Igarapé, Inhapim, Itabira, Itabirito, Itajubá, Ituiutaba, Janaúba, João Monlevade, José Raydan, Juiz de Fora, Ladainha, Lagoa Santa, Lavras, Mantena, Matozinhos, Muzambinho, Nazareno, Passos, Patos de Minas, Patrocínio, Pompeu, Sabará, Salinas, São Lourenço, Sete Lagoas, Teófilo Otoni, Timóteo, Três Corações, Três Marias, Várzea da Palma, Vespasiano e Viçosa.



A assessoria do IBAM foi iniciada com a sensibilização e capacitação dos Agentes de Relacionamento da Assessoria da Gerência de Relacionamento com Clientes Especiais do Poder Público da Distribuição da CEMIG D, responsáveis na atuação junto aos Municípios em todos os segmentos de mercado, executando o atendimento, coordenando o orientando a implantação de projetos e promovendo o desenvolvimento de relacionamentos comerciais.

O Treinamento em Gestão Energética Municipal para os 48 Agentes de Relacionamento destacados para os trabalhos ocorreu em duas turmas no período de 25 a 29 de outubro de 2011, na Universidade Corporativa da CEMIG – UniverCEMIG – localizada em Sete Lagoas (MG). O principal objetivo do treinamento foi sensibilizar os participantes para os conceitos de Gestão Energética Municipal e treiná-los para: (i) o apoio na implementação da Metodologia de PLAMGEs nos Municípios selecionados; e, (ii) o conhecimento do software Sistema de Informação Energética Municipal (SIEM) e o entendimento do processo de elaboração do Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGE).

Além do apoio dos Agentes de Relacionamento da CEMIG, os Municípios contemplados terão a assessoria em campo, da Equipe de Multiplicadores do IBAM, composta de seis especialistas certificados na Metodologia de PLAMGEs, concedido pela ELETROBRAS PROCEL e IBAM.

Para o próximo ano está prevista a capacitação dos 154 servidores municipais dos 50 Municípios participantes nas dependências da UniverCEMIG, em Sete Lagoas (MG).

Ciclo de Capacitação dos Municípios Goianos para Elaboração do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social

Com cerca de 160 Municípios goianos participando ativamente do Programa Moradia Digna, programa do Estado de Goiás que conta com recursos do FNHIS/SNHIS, segundo a metodologia básica do MCidades/SNH e interveniência da CAIXA, em 2011 foi dada continuidade ao Ciclo de Capacitação em Plano Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS) sob a coordenação da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB) e assessoria técnica do IBAM. Foi realizada a sexta Oficina do Ciclo de Capacitação que reuniu cerca de 400 participantes que compõem os Grupos de Trabalho Locais dos diversos Municípios. Essa oficina foi dedicada à terceira, e última, etapa do processo de elaboração dos PMHIS dedicada à formulação de Estratégias de Ação a partir dos diagnósticos consolidados nas etapas anteriores. De acordo com a metodologia adotada no Programa, a oficina foi desenvolvida em cima do Roteiro de Trabalho da etapa, utilizando recursos combinados como palestras, aulas expositivas, dinâmicas e exercícios dirigidos.

Capacitação em Gestão Energética Municipal

Em parceria com a ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A., o IBAM realizou a capacitação em Gestão Energética Municipal nos Municípios paulistas de Araras, Rio Claro, São João da Boa Vista e Tatuí, com o objetivo principal



orientar os técnicos municipais selecionados para a implementação da metodologia de Gestão Energética Municipal na sua Administração Municipal e repassar os conceitos técnicos de eficiência energética e pré-diagnósticos energéticos das instalações municipais para o uso do software Sistema de Informação Energética Municipal (SIEM) e para a elaboração do Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGE).

A Capacitação foi distribuída em cinco módulos, com um total de 4 horas/aula cada um.

Nos Módulos I e II foram transmitidas as etapas da Metodologia de Elaboração de PLAMGEs, suas atividades e responsabilidades, especialmente a Etapa de Estruturação, além dos conhecimentos técnicos em eficiência energética. Nos Módulos III e IV foram apresentadas as Etapas de Gerenciamento e Planejamento, as noções básicas para a elaboração de projetos de eficiência energética em prédios públicos municipais, sistemas de iluminação pública e saneamento. O Módulo III, foi dedicado, também, à apresentação do software SIEM, permitindo o manuseio a todos os alunos, com o objetivo de capacitá-los para o seu uso e diagnosticar desvios e problemas na sua aplicação.

O Módulo V refere-se ao conteúdo para a elaboração do PLAMGE, as estratégias de sustentabilidade da UGEM e atividades Pós-PLAMGE.

Curso de Multiplicadores CPFL Energia

Entre os cursos descentralizados, cabe destacar o Curso de Multiplicador na aplicação da Metodologia de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs, realizado nas dependências da Universidade Corporativa da CPFL Energia, localizada em Campinas (SP).

O Curso, aplicado para os profissionais da CPFL Energia e consultores, com o objetivo de fomentar a criação de um rede de profissionais no Estado de São Paulo, foi realizado conforme o método adotado para os Cursos de Multiplicadores realizados em 2010, em parceria com a ELETROBRAS PROCEL.



Eminentemente prático, com ênfase no desenvolvimento de habilidades para atuação dos participantes como futuros multiplicadores, o Curso de Multiplicador ocorreu entre os dias 05 e 06 e de 11 a 13 de maio de 2011, com aulas expositivas introdutórias, seguidas de debates e aplicação de exercícios com base na Metodologia GEM e apoio do software SIEM 6.0, na versão WEB.

Os participantes foram avaliados pelos instrutores, por meio de duas atividades diárias (teórica/prática e individual/em grupo), compreendendo um total de 10 atividades.

Um Comitê de Avaliadores constituído por representantes do PROCEL GEM e do IBAM acompanhou a capacitação e o rendimento dos participantes diariamente. Após a avaliação, foram certificados 14 multiplicadores.

Oficinas de Capacitação de Cuidadores de Idosos Informais

A partir de 2009 o IBAM, em parceria com a Secretaria de Estado da Casa Civil do Rio de Janeiro e o RIO SOLIDÁRIO – Obra Social do Rio de Janeiro, vem repetindo a experiência exitosa com a realização das oficinas para cuidadores de idosos, tema que cresce em importância pelo impacto e exigências sobre políticas públicas decorrentes das mudanças demográficas no país. No ano de 2011 foram ministradas três oficinas de capacitação.

A capacitação dos cuidadores de idosos informais tem papel fundamental quando se fala em promoção de saúde e ação profilática, trazendo repercussões positivas, evitando-se internações, diminuindo o custo com saúde e no resgate dos vínculos familiares. Sendo assim, é necessário oferecer capacitação, objetivando apoiar o familiar ou pessoa que desempenha a função de cuidador domiciliar e, ao mesmo tempo, que possibilite melhor atendimento e qualidade de vida ao idoso.



As oficinas, ministradas pela ENSUR, tiveram por objetivo transmitir conhecimentos específicos sobre cuidados com o envelhecimento para cuidadores de idosos informais e profissionais que atuam em instituições que atendem idosos do governo e da sociedade civil. A ação de capacitação no tema vincula-se à iniciativas como a de implementação do Centro Integrado de Atenção à violência contra a Pessoa Idosa, com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Atividade	Nº participantes
Oficina 1 - para Cuidadores de Idosos Informais	37
Oficina 2 - para Cuidadores de Idosos Informais	29
Oficina 3 - para Cuidadores de Idosos Informais	36
Total	102

Programa de Capacitação na Sede do IBAM

Programa de Capacitação oferecido anualmente pelo Instituto por intermédio da ENSUR compreende cursos oferecidos em quatro grandes áreas de conhecimento: (a) gestão de pessoas, administração, direito e técnicas de governo, (b) desenvolvimento urbano e meio ambiente; (c) desenvolvimento econômico e social; (d) administração financeira, contábil e orçamentária.

Em 2011 foram realizados cursos presenciais descentralizados e também cursos presenciais realizados na sede do IBAM.

Projetos Descentralizados

CURSO	CONTRATANTE	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	Nº DE PARTICIPANTES
Gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS	Prefeitura de Paraíba do Sul	Paraíba do Sul/RJ	24 a 27 de outubro	30	19
Elaboração de Termo de Referência e Editais	Prefeitura de Natal	Natal/RN	21 a 25 de março	30	30
Elaboração de Projetos	Prefeitura de Natal	Natal/RN	21 a 25 de fevereiro	30	37
Oficina de Capacitação de Cuidadores de Idosos Informais	RioSolidario/RJ	RioSolidario/RJ	1ª Turma: 25 e 27/07 e 01 e 03/08 2ª Turma: 08 e 10/08 e 15 e 17/08 3ª Turma: 22 e 24/08 e 29 e 31/08	32	102
Organizando a Contabilidade Municipal no Contexto das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade	Prefeitura de Guarulhos	Guarulhos/SP	14 a 16 de dezembro	18	21
Elaboração do Orçamento Municipal	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas	Manaus/AM	19 a 23 de setembro	30	36
Organizando a Contabilidade Municipal no Contexto das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade	Prefeitura de Porto Real	IBAM/RJ	17 a 19 de janeiro	18	9
Sensibilização em Gestão Energética Municipal	Elektro	Tatuí/SP	27 de maio	4	42

CURSO	CONTRATANTE	LOCAL DE REALIZAÇÃO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	Nº DE PARTICIPANTES
Sensibilização em Gestão Energética Municipal	Elektro	Araras/SP	13 de junho	4	61
Sensibilização em Gestão Energética Municipal	Elektro	São João da Boa Vista/SP	29 de junho	4	48
Sensibilização em Gestão Energética Municipal	Elektro	Rio Claro/SP	2 de agosto	4	33
Capacitação em Gestão Energética Municipal	Elektro	Araras/SP	1 e 2 de agosto	18	27
Capacitação em Gestão Energética Municipal	Elektro	Rio Claro/SP	23 e 24 de agosto	18	30
Capacitação em Gestão Energética Municipal	Elektro	Tatuí/SP	14 e 15 de junho	18	48
Capacitação em Gestão Energética Municipal	Elektro	São João da Boa Vista/SP	25 e 26 de agosto	18	42
Treinamento em Gestão Energética Municipal - Agentes de Relacionamento da CEMIG	CEMIG	Sete Lagoas/MG	24 a 26 de outubro	21	25
Treinamento em Gestão Energética Municipal - Agentes de Relacionamento da CEMIG	CEMIG	Sete Lagoas/MG	26 a 28 de outubro	21	23
TOTAL				362	674

Cursos presenciais realizados na sede do IBAM

CURSOS NAS ÁREAS DE GESTÃO, DIREITO E TÉCNICAS DE GOVERNO	DATA DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
Básico SICONV: Legislação e Operacionalização	28 a 30/03	21	14
Avançado SICONV: Execução, Fiscalização e Prestação de Contas	27 a 29/04	21	17
Técnica Legislativa Aplicada	02 a 04/05	21	16
Avançado SICONV: Execução, Fiscalização e Prestação de Contas	09 a 11/05	30	17
Processo e Técnica Legislativa	16 a 18/05	21	14
Formação de Gestores de Convênios e Contratos de Repasse no SICONV	13 a 17/06	30	15
Avançado SICONV - Execução, Fiscalização e Prestação de Contas	27 a 29/06	21	17
Integrado de Projetos no SICONV - Elaboração e Gerenciamento de Projetos segundo a visão do PMI e ISO 10006	08 a 12/08	30	17
Avançado SICONV - Execução, Fiscalização e Prestação de Contas	29 a 31/08	21	25
Formação de Gestores de Convênios e Contratos de Repasse no SICONV	17 a 21/10	21	13
Como Elaborar Projetos Básicos e Termos de Referência para Compras e Serviços: teoria, prática e solução dos problemas mais frequentes	26 a 28/10	21	28
Processo Administrativo	21 a 23/11	21	12
SICONV - Elaboração e Gerenciamento de Projetos	28/11 a 02/12	30	21
TOTAL		318	226

CURSOS NAS ÁREAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	DATA DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
Multiplicador na Metodologia de PLAMGEs	05, 06, 11, 12 e 13/05	30	14
Código de Obras e Fiscalização	19 a 22/09	24	9
Plano Municipal Habitação de Interesse Social - Módulo I	26 a 28/09	21	12
Bens Públicos e Habitação - Módulo II	29 e 30/09	10	6
Elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico	07 a 11/11	30	15
Controle do Uso e da Ocupação do Solo Urbano: o papel do analista de projetos de Licenciamento	07 a 10/11	24	7
Introdução ao Geoprocessamento	07 a 10/11	21	9
TOTAL		160	74

CURSOS NAS ÁREAS CONTÁBIL E FINANCEIRA	DATA DE REALIZAÇÃO	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES
Processo e Instrumentos do Planejamento	11 a 13/04	21	9
Elaboração do Orçamento Municipal	25 a 27/04	21	15
Os Ativos Públicos sob a Ótica das Normas Brasileiras de Contabilidade	04 a 06/05	21	6
Gestão do Fluxo de Caixa	22 a 24/08	21	6
Organizando a Contabilidade Municipal no Contexto das Normas Brasileiras de Contabilidade	03 a 06/10	24	23
Gestão, Controle e Avaliação da Execução de Convênios Municipais	19 a 21/10	21	4
A Controladoria no Município	21 a 24/11	24	20
TOTAL		153	83

Cursos a Distância

Os cursos a distância do Programa de Capacitação do IBAM são oferecidos em duas modalidades: autoinstrução e com apoio de tutoria especializada e realizados on line no ambiente virtual de aprendizagem do IBAM (AVA-IBAM).

Os cursos oferecidos diretamente pelo IBAM são cursos livres, desenvolvidos por especialistas em Gestão Pública em áreas específicas de atuação da administração pública municipal. Os certificados podem ser aproveitados para fins de pontuação em programas de capacitação e aperfeiçoamento de servidores.

Democracia e Gênero no Legislativo Municipal

O projeto Democracia e Gênero no Legislativo Municipal, apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para a Democracia – UNDEF e pelo Fundo das Nações Unidas para a Mulher – UNIFEM, teve por objetivos gerais fortalecer a liderança feminina no Estado do Rio de Janeiro visando ampliar sua influência e aperfeiçoar seu desempenho nas Câmaras Municipais e fortalecer a participação feminina nas esferas de liderança local de modo a incidir sobre as desigualdade de gênero e sobre o aumento da participação das mulheres nas eleições futuras.



No âmbito do projeto foi realizado o curso a distância Gênero e Democracia no Legislativo Municipal para 12 turmas, totalizando 904 alunos/as concluintes.

Encerramento do Exercício e Prestação de Contas

Entre os procedimentos de Contabilidade de maior importância, pode-se destacar o relacionado ao Encerramento do Exercício e Prestação de Contas do ente Federativo e todas as demais entidades que integram a sua estrutura organizacional.

Com o objetivo de conduzir o participante a uma reflexão sobre a execução do processo de encerramento do exercício financeiro e da elaboração da prestação de contas, com a aplicação dos princípios de contabilidade, o curso foi concluído por 46 participantes.

Gestão de Fundos Especiais da Assistência Social

O curso de EAD Gestão de Fundos Especiais da Assistência Social destina-se a disseminar conhecimentos teóricos e práticos entre os que atuam direta ou indiretamente na Gestão dos Recursos provisionados para a execução dos benefícios, serviços, projetos e programas socioassistenciais. O curso, que em 2011 teve 90 concluintes, foi estruturado em cinco unidades, dividido por temas, com duração de uma semana para cada unidade, assim distribuídas:

- Unidade 1 - O Caminho Histórico do SUAS
- Unidade 2 - Financiamento no âmbito do SUAS
- Unidade 3 - O Sistema de Planejamento Governamental
- Unidade 4 - A Gestão Financeira por Fundos Especiais
- Unidade 5 - Prestação e Tomada Contas

MBA em Gestão de Políticas Públicas Municipais

Em 2011 o IBAM assinou Acordo de Parceria com a Uniasselvi – Sociedade de Pós-graduação, Instituição de Ensino Superior integrante de um complexo universitário catarinense, que atua como em programas de cursos *in loco* e a distância, com o objetivo de potencializar a comprovada experiência das duas entidades – a Uniasselvi na sua proposta educacional e o IBAM, no aperfeiçoamento das administrações municipais – de desenvolver ações conjuntas para a realização de cursos e para a disseminação de informações para o aperfeiçoamento da Administração Pública, especialmente dos Municípios.

Os projetos a serem desenvolvidos no âmbito do Acordo são coordenados pela ENSUR. O primeiro, já em fase de execução, se constituiu no apoio do IBAM à Uniasselvi para a concepção e a realização de um curso, em nível de pós-graduação, e na modalidade do ensino a distância sob a denominação MBA em Gestão de Políticas Públicas Municipais.

Espera-se com tal curso aumentar o interesse de graduados de nível superior pelo setor público, desenvolvendo-lhes uma visão abrangente da atuação e funcionamento dos Municípios, apresentando-os como agentes capazes de fomentar o seu desenvolvimento social e econômico e o do seu território.

A clientela preferencial para o programa do MBA é a de graduados que atuam ou possam vir a atuar na administração pública e que necessitam de aprofundamento de seus conhecimentos para melhor desempenhar as funções na gestão de políticas públicas, mas também pretende atingir profissionais que atuam no setor privado e necessitam desenvolver habilidades e conhecimentos que lhes permitam articular-se, com qualidade, com o setor público.

O curso foi concebido para oferecer uma visão geral dos principais conceitos e competências envolvidos na formulação e execução das Políticas Públicas em nível municipal. Com este cenário, suas disciplinas foram organizadas em três categorias: a primeira, de natureza contextual, procura dar uma visão geral



da descentralização e da democratização do estado, suas funções, seu funcionamento e relação com a sociedade e o papel do Município na federação brasileira. A segunda, alinha disciplinas voltadas para as questões gerenciais que fornecem conhecimentos necessários para manejar os instrumentos técnicos da administração pública municipal. E, finalmente, a terceira, enfoca as principais políticas nas áreas de atuação do Município.

Na metodologia de ensino a distância, os alunos podem escolher participar pelo sistema on line ou semipresencial que integram o processo de ensino aplicado pela Uniasselvi e deverão cumprir suas tarefas a partir do estudo de sete Cadernos e uma videoaula. A curso abrange os seguintes temas: Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável; O Município como Unidade de Governo; Finanças e Gestão Tributária; Planejamento Governamental e controle; Gestão governamental; Política Urbana e Ambiental; Políticas Sociais.

Assessoria Técnica

As linhas de trabalho na área de assessoria técnica do IBAM tem por finalidade promover ações de desenvolvimento institucional no âmbito da Administração Pública. O ano de 2011 antecede as eleições municipais do presente ano de 2012, acontecimento que marcará a despedida oficial das lideranças políticas que estavam à frente das administrações locais durante os últimos quatro anos. Esse fato levou tais agentes políticos, principalmente os Prefeitos, a desenvolverem o máximo de ações no sentido de aperfeiçoar o melhor possível as administrações sob a sua responsabilidade, objetivando a execução das atividades municipais de natureza organizacional e administrativa, bem como a incrementarem a formulação de políticas públicas finalísticas ou setoriais, como é o caso das políticas sociais, ambientais e de turismo, por exemplo, importantes responsáveis pela oferta de serviços à população. A relação de projetos, apresentados de forma sucinta, a seguir, é ilustrativa das atividades realizadas no período.

Fomento à Constituição de Alianças Público-Privadas Municipais

Em 2011 foram intensificadas as ações do “Programa de Apoio à Estruturação e Desenvolvimento de Modelos de MicroAPPs Municipais” financiado pelo Fundo Multilateral de Investimentos – FUMIN do Banco interamericano de Desenvolvimento – BID. O foco das ações nesse exercício foi o desenvolvimento de ações-piloto nos campos da inclusão produtiva de segmentos sociais de baixa renda e de institucionalização de processos colaborativos entre esses segmentos e as Prefeituras Municipais onde se implementam as ações.

Dois segmentos foram especialmente contemplados nessas iniciativas o de catadores de material reciclável e reutilizável, onde se desenvolvem trabalhos nos Municípios de Ilhéus/BA e Manaus/AM, e o de pequenos agricultores situados nas bordas das áreas urbanas de treze Municípios do Norte do Estado de Alagoas, na região denominada da Costa dos Corais.

O trabalho em Ilhéus está sendo implementado com a parceria do Centro Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE – e com o apoio da Companhia de Desenvolvimento do Estado da Bahia – CONDER. A execução do projeto se divide em três etapas: planejamento; modelagem e consolidação, inclusive implementação da APP – Aliança Público-privada. Além dos parceiros que apoiam diretamente o projeto, foi criado um Grupo de Trabalho formado por entidades representativas dos setores público



e privado envolvidas com a questão da coleta seletiva de resíduos sólidos no Município, em especial com o segmento de Catadores. O GT conta ainda com a participação de segmentos tais como Conselho de Meio Ambiente, Associações de Moradores, Rede de Ensino, Associação de Turismo, Distrito Industrial e Movimento Nacional de Catadores.

Entre as ações já desenvolvidas em Ilhéus podem ser citadas a definição do universo de catadores a ser incorporado pela Cooperativa (COOLIMPA), retirada progressiva dos catadores que atuam no aterro sanitário, execução da reforma e operacionalização do galpão de triagem e beneficiamento do material, mapeamento dos geradores de resíduos sólidos e projeto executivo de construção de anexo do galpão de triagem. A Prefeitura formalizou a cessão do terreno e firmou Termo de Compromisso que possibilitará a intensificação das atividades.

Além disso, se está organizando, em uma das regiões da cidade, um processo de coleta domiciliar da parcela seca do lixo pelos catadores de rua, e pontos de entrega voluntária – PEVs – junto aos grandes produtores de resíduos recicláveis.

Paralelamente às ações desenvolvidas no Município de Ilhéus, o IBAM está também conduzindo um projeto semelhante no Município de Manaus, onde também conta com a parceria do CEMPRE e o apoio da Prefeitura Municipal. Nessa cidade o Grupo de Trabalho, igualmente criado, incorporou a representação dos catadores através do Comitê Regional do Movimento Nacional de Catadores e a iniciativa associa o trabalho de outras instituições que focalizam o mesmo público-alvo na cidade, como a AVINA e a Fundação Banco do Brasil.



Ali também foram mapeados os interlocutores relacionados à cadeia produtiva de materiais recicláveis, identificados os potenciais parceiros no projeto e as alternativas de arranjos para regular a relação entre o poder público e as organizações de catadores. Foram também identificados terrenos para a construção de unidades de triagem e beneficiamento dos materiais recicláveis, atualizados os cadastros dos núcleos, associações e cooperativas de catadores. Com base em Encontro Regional sobre Cooperativismo foram estabelecidas

as diretrizes para uma microaliança público-privada tendo como sustentáculo o Plano de Resíduos Sólidos de Manaus, anteriormente elaborado pelo IBAM.

Para a realização do trabalho no Estado de Alagoas o IBAM firmou convênio com a Agência de Fomento do Estado de Alagoas – DESENVOLVE – com o objetivo de fortalecer o capital técnico das 13 Prefeituras da região alagoana da Costa dos Corais (Japaratinga, Maragogi, Porto de Pedras, Porto Calvo, Passo de Camaragibe, Matriz de Camaragibe, Barra de Santo Antônio, Jacuípe, Campestre, Paripueira, São Luis Quitunde, Jundiá e São Miguel dos Milagres). As ações incluem capacitação em gestão de políticas territoriais e o estímulo a parcerias comerciais do setor turístico com organizações de agricultores periurbanos, além de

alianças público-privadas entre as Prefeituras e esses agricultores, para o fornecimento de alimentos da “merenda escolar”.



Um conjunto de visitas técnicas aos Municípios citados possibilitou a realização de um diagnóstico institucional nas áreas tributária, financeira, ambiental,

gestão urbana e territorial. Além disso, foram aprimoradas as relações entre os parceiros do programa e estruturados os mecanismos para a realização das capacitações. Em dezembro, um seminário regional permitiu avaliar os resultados parciais obtidos com o desenvolvimento do programa. Em decorrência, também se programou o apoio à associação de alguns dos Municípios da região, num convênio, visando ao desenvolvimento de uma solução para os resíduos sólidos, com sobrecarga em função da expansão do turismo, que pode, em 2012, também incorporar o segmento de catadores e estender-se à constituição de uma parceria público-privada para a construção e operação de um aterro sanitário.

Como parte de um conjunto de publicações que serão produzidas pelo Programa de Fomento às APPs Municipais, foi elaborado o trabalho “Alianças Público-Públicas e Público-Privadas: Atores e Mecanismos” que serve de referência jurídica geral para a modelagem e celebração dos compromissos entre o setor público e o setor privado ao longo do programa. Foi iniciado o desenvolvimento de um conjunto específico de publicações que deverão ter a forma de fascículos que deverão percorrer os passos, lições e possibilidade de replicação das experiências com resíduos sólidos ora em implementação.

Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para Implantação da Logística Reversa por Cadeia Produtiva

A regulamentação, da Lei nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelecida por meio do Decreto nº 7.404, alterou substancialmente o cenário legal, bem como as definições de políticas referentes aos resíduos sólidos.

O decreto disciplina as inovações introduzidas na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos pela PNRS, sendo a principal delas o sistema de logística reversa. O sistema de logística reversa visa à restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento no ciclo produtivo ou destinação final ambientalmente adequada. Esses sistemas serão implantados e operacionalizados mediante compromissos entre o Poder Público e o setor privado formalizados em Acordos Setoriais específicos.

O IBAM, por sugestão do Banco Interamericano de Desenvolvimento, com o apoio da AVINA, está desenvolvendo para o Ministério do Meio Ambiente, instituição responsável pela condução desses acordos setoriais, o Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica para implantação da Logística Reversa das embalagens pós-consumo.

Esse trabalho, que virá a ser concluído em 2012, mobilizou articulações e negociações com diversos setores do empresariado, do Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável e do próprio Ministério do Meio Ambiente, e busca estabelecer parâmetros e consensos no sentido de agilizar a implementação da logística reversa, viabilizando, por consequência, a coleta seletiva nas distintas localidades brasileiras, a eliminação dos chamados lixões e a inclusão produtiva e cidadã do segmento de catadores e catadoras que encontram nessa atividade seu meio de sobrevivência.

Programa de Mobilização do Turismo Local - MOB

Em fevereiro de 2011 foi iniciado o Programa de Mobilização do Turismo Local (MOB – Turismo Local), um convênio entre o IBAM e o Ministério do Turismo baseado nos objetivos do Plano Nacional de Turismo e na perspectiva concreta de ampliação desse setor no país em função da realização de megaeventos internacionais, com destaque para a Copa do Mundo de 2014. O Programa tem a finalidade de agregar produtos e serviços turísticos alternativos ao turismo de massa, a roteiros consolidados nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014 e regiões turísticas na qual estão inseridas, e, em alguns estados, outra região estratégica.



O Programa atua nas modalidades do Turismo de Base Local (TBL), Turismo de Base Comunitária (TBC) e da Produção Associada ao Turismo (PAT). Essas modalidades têm em comum a valorização da cultura local e, em específico, o TBL associa-se às iniciativas geridas por entidades externas à comunidade, o TBC às iniciativas geridas pela comunidade foco da atividade turística e, a PAT, muitas vezes atrelada a iniciativas de TBL e TBC, refere-se a produtos típicos. É característico do TBL, e mais ainda comumente associada ao TBC, a ênfase nas ideias de vivência e experiência: ao turista é oferecido, por exemplo, passar um dia em uma Comunidade Quilombola, para vivenciar aquela cultura, assim como podem ser exemplos da PAT um queijo ou dança característicos de determinada região.

Em um primeiro momento a equipe do Instituto envolvida no Programa, composta também por consultores locais, realizou, em parceria com Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, ações como a prospecção de projetos de qualificação de produtos e serviços com potencial turístico, afinados às modalidades do Turismo de Base Local, Turismo de Base Comunitária e/ou da Produção Associada ao Turismo, cujas características foram registradas em 311 fichas.

Em seguida, houve a seleção desses registros para a realização da fase do cadastramento, que consistiu na caracterização mais minuciosa dos projetos. Nessa fase os consultores visitaram os produtos/ serviços turísticos foco dos projetos e assessoraram os proponentes na elaboração de propostas que levassem em conta os objetivos do Programa – entre eles o tempo disponível de um ano e oito meses para conclusão das metas do projeto –, as possibilidades

de investimento do MTUR, a estrutura e requisitos da cadeia produtiva do turismo nas regiões e suas próprias expectativas. Foram cadastrados 138 projetos.



Para agilizar o intercâmbio de informações entre os consultores locais e a coordenação geral do Programa, integrada pela equipe do IBAM e as equipes técnicas do

Ministério responsáveis pela sua condução, foi criado um espaço virtual de interlocução, baseada numa plataforma moodle de Ensino a Distância, que permitiu o acompanhamento simultâneo do andamento dos processos de registro de oportunidades e cadastramento de projetos potenciais.

Outra ação do Programa foi a criação de um Banco de Dados de Projetos de Turismo de Base Local, Base Comunitária e Produção Associada no site do Instituto (<http://www.ibam.org.br/projetos>). Está em fase de finalização a elaboração de uma rede virtual com o objetivo de agregar pessoas interessadas em trocar informações e conhecimento nas modalidades do Turismo priorizadas pelo Programa MOB –Turismo Local.

A próxima etapa prevista no Convênio é a de capacitação dos proponentes dos projetos cadastrados, nos temas elaboração e gestão de projetos no ambiente SICONV – Sistema de Convênios do Governo Federal, visando ao apoio futuro do Ministério à viabilização de projetos e à adequada gestão dos recursos públicos pelas instituições públicas ou sociais que, incluídas nesse rol, vierem a ser selecionadas para receber recursos via convênios.

Pesquisa Diagnóstica e Elaboração do Plano de Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo

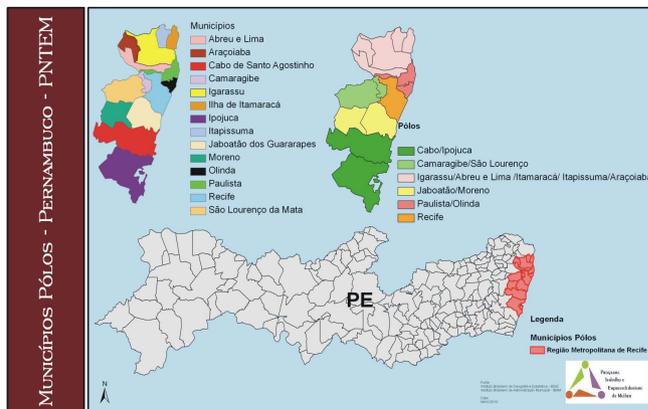
O Instituto realizou para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Rio de Janeiro/ Prodetur-RJ, uma Pesquisa Diagnóstica que subsidiou a elaboração do Programa de Capacitação e Qualificação Profissional e Empresarial para o Turismo, direcionado aos 23 Municípios que compõem os Polos Serra e Litoral. A pesquisa teve por objetivo identificar as demandas relacionadas com a qualificação profissional e empresarial dos trades turísticos locais, para que o Governo do Estado possa implementar o Programa de Capacitação e Qualificação da mão de obra envolvida no setor. A pesquisa foi realizada nos Municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba, Parati, Araruama, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Barra do Piraí, Valença, Vassouras, Rio Claro, Rio das Flores, Itatiaia, Resende, Rio de Janeiro e Niterói.

Em 2012 serão iniciadas as ações de capacitação e qualificação profissional e empresarial, que terá como base a demanda real de empresários e de trabalhadores, identificada na Pesquisa Diagnóstica. A sensibilização dos agentes empresariais alcançados no processo

participativo do Prodetur vai ao encontro da busca de novas conexões entre os empresários do setor turístico e as modificações e tendências verificadas no mercado turístico nacional e internacional.

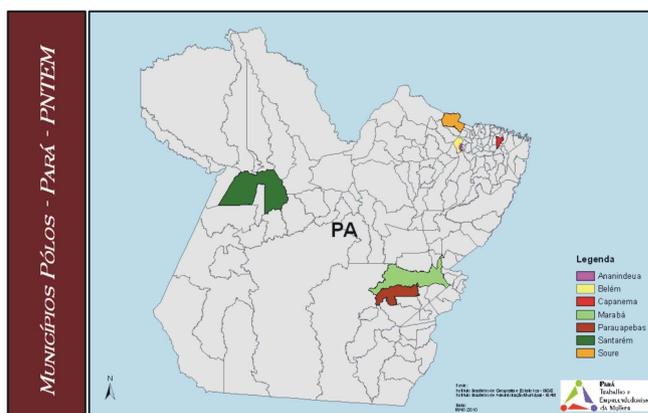
Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher

No ano de 2011 as ações do Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher foram desenvolvidas nos estados de Pernambuco e do Pará.



Em Pernambuco o Programa atuou na Região Metropolitana do Recife, espaço que apresenta a maior taxa de urbanização do estado e alto índice de violência urbana e de violência doméstica contra as mulheres, demandando do Governo Estadual investimentos numa política de enfrentamento da violência, incluindo ações das diversas áreas setoriais.

Com a recondução da gestão governamental do estado e a manutenção da equipe da principal entidade parceira, a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado de Pernambuco/SECMULHER foi possível dar continuidade às atividades planejadas na direção da consolidação do programa no contexto das políticas públicas de estado. Destaca-se que a conformação original da gestão executiva do Programa também se manteve: IBAM, SEBRAE PERNAMBUCO e BPW BRASIL.



No Estado do Pará o Programa atuou em sete Municípios distribuídos por todo o estado: Ananindeua, Belém, Capanema, Marabá, Parauapebas, Santarém, Soure.

A estrutura das atividades do PTEM no estado do Pará é a mesma de Pernambuco. A diferença está no fato de não ser desenvolvido na região metropolitana e na configuração dos parceiros. No estado do Pará as

entidades executoras são o IBAM, a BPW Ananindeua, o SEBRAE Pará e, pelo Governo do Estado, a Coordenadoria de Políticas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos/SEJUDH, a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda/SETER e a Secretaria de Ação Social/ SEAS.

A mudança de gestão do governo do estado no início do ano de 2012 foi acompanhada de alterações nos cargos das respectivas secretarias que estavam à frente do projeto o que

exigiu da coordenação uma nova rodada de apresentação do Programa e de negociações para a sua continuidade, haja vista o papel primordial do estado na cooperação no âmbito do PTEM. Quando assinou o Termo de Cooperação no âmbito do PTEM em 2010, junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o governo do Estado assumiu por intermédio da Coordenadoria de Políticas para as Mulheres, o compromisso de articular, as instâncias intergovernamentais e intragovernamentais, considerado de fundamental importância para o desenvolvimento do programa, tendo em vista as características geográficas do Estado. Contudo, na mudança de gestão este apoio não se efetivou o que não impediu o desenvolvimento das ações.

Neste contexto, destacam-se as seguintes atividades desenvolvidas em 2011 em ambos os Estados:

- Realização de eventos de integração com a participação das gestoras dos organismos municipais de políticas para as mulheres das secretarias estaduais envolvidas para discussão sobre as estratégias de aperfeiçoamento do PTEM a partir da ação governamental.
- Reuniões mensais de monitoramento do PTEM com participação das gestoras dos organismos locais de políticas para as mulheres.
- Oficinas de avaliação das atividades do PTEM com participação das organizações gestoras e de representações dos organismos de políticas para mulheres, com o objetivo de reorientar as ações previstas e assim aumentar a capacidade do Programa de produzir resultados mais efetivos sobre a vida das mulheres atendidas no que tange ao aumento de sua autonomia econômica.
- Oficina de capacitação com gestoras de organismos locais de políticas para mulheres sobre a temática de Gênero e Empreendedorismo com o objetivo de instrumentalizá-las na busca de estratégias de implementação de ações nesta linha nos municípios.
- Gerenciamento de informações sobre o PTEM: 1) Gerenciamento do site do Programa: www.pntem.org.br no qual são inseridos os documentos produzidos; 2) Elaboração de informes on line cujo objetivo é informar sobre as atividades e a agenda do programa, como também divulgar notícias sobre as políticas públicas de gênero, empreendedorismo, raça/cor e direitos humanos; 3) Alimentação do Blog (pntem.blogspot.com) com o objetivo de discutir mais amplamente temas de grande repercussão no universo de gênero. As ferramentas citadas constituem ainda uma tentativa de estreitar a relação e a interatividade com as mulheres participantes do programa ao fomentar o debate sobre os temas suscitados.



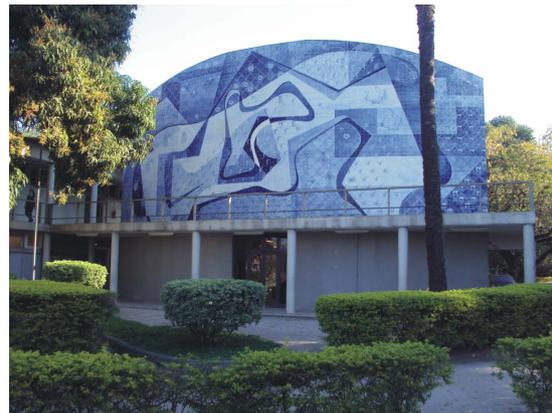
Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos



Nos últimos anos, o IBAM consolidou uma linha de trabalho de apoio a instituições detentoras grandes áreas para fins de planejamento físico territorial de seus campi ou conjuntos construídos. Os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos abrangem diferentes escalas, buscando abordar sempre as questões internas de cada instituição, as alternativas para que o espaço físico seja bem-aproveitado e dê suporte aos projetos institucionais, bem como a inserção desses conjuntos no contexto urbano. Nas experiências

realizadas recentemente, a formulação das estratégias para preservação do patrimônio histórico e cultural teve sempre grande destaque, pois se referem a bens tombados em nível municipal, estadual ou federal. Entretanto, os planos abrangem, de forma integrada, as diversas dimensões urbanísticas, tais como infraestrutura, mobilidade, acessibilidade, meio ambiente, paisagismo, regularização fundiárias etc.

No caso da assessoria à Fiocruz, trabalho concluído em 2011, o IBAM atuou junto ao Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz (DPH/COC) tendo como objeto a Área de Preservação do campus da instituição em Manguinhos, na Cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de ampla área, que abrange valioso acervo arquitetônico, incluindo bens tombados nacionais e estaduais, além de extensa área verde de relevância ambiental e paisagística.



O POAP (Plano de Ocupação da Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos) foi elaborado a partir de uma metodologia que valorizou o trabalho coletivo, possibilitando a participação no processo, com contribuições relevantes, de representantes das diversas unidades da Fiocruz e de representantes do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e INEPAC (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural).

A estruturação do POAP e a concepção de propostas para a Área de Preservação do Campus Fiocruz Manguinhos foram fundamentadas na compreensão de três dimensões principais:

- o processo de formação do Campus Fiocruz Manguinhos e a construção da noção de Área de Preservação;

- os valores a serem protegidos na Área de Preservação;
- as estratégias institucionais da Fiocruz e seus rebatimentos sobre a Área de Preservação e o Campus Fiocruz Manguinhos.

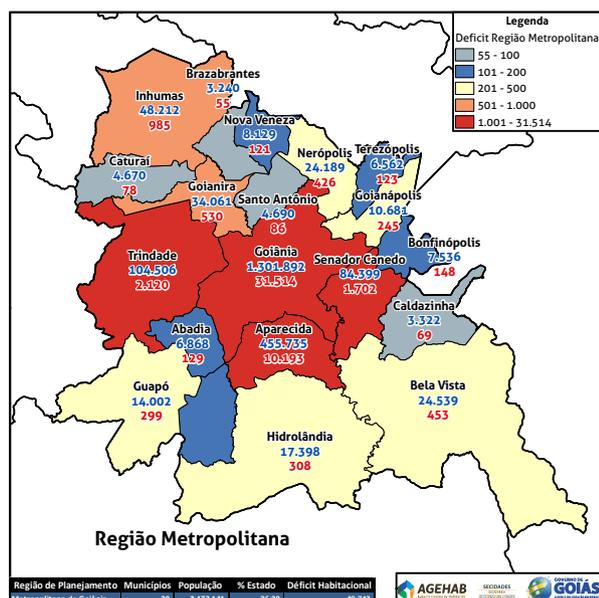
O POAP buscou associar, de forma clara, a noção de Área de Preservação à perspectiva de requalificação do Campus Fiocruz Manguinhos como um todo e de materialização da ideia de Fiocruz Saudável, um dos macroprojetos estratégicos daquela instituição. Nesse sentido, o plano reforça a política de preservação do patrimônio cultural da Fiocruz, incorporando práticas instituídas e fortalecendo o compromisso da Instituição com a sua história e, sobretudo, com o seu futuro.

Plano Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás

Formulação do Plano de Ação PEHIS/GO

Ao longo do ano de 2011 teve continuidade o processo de assessoria técnica do IBAM à Agência Goiana de Habitação - AGEHAB na elaboração do PEHIS/GO. Com a etapa 2 – Diagnóstico Habitacional e Cenário Futuro – encerrada em dezembro de 2010, a assessoria atuou na perspectiva do compromisso e manutenção das atividades de trabalho com a nova gestão estadual eleita.

O trabalho conjunto entre as equipes técnicas estadual e do IBAM resultou, no decorrer de 2011, na construção da estrutura e conteúdo das propostas de ação do PEHIS/GO que, em processo convergente com o PPA 2012/2015, encerrou o ano com a promoção de cinco audiências públicas regionais para debate das proposições com a sociedade e governos municipais. O conjunto de propostas, ainda em versão preliminar, aponta para práticas inovadoras de gestão do setor habitacional, de forma a consolidar a implementação do SNHIS e da Política Nacional no Estado, no cumprimento de seu papel federativo, buscando mitigar os impactos tanto do passivo quanto das novas demandas por habitação no Estado de Goiás frente às suas peculiaridades regionais.



Eixos Estratégicos do PEHIS/GO

Com intuito responder e superar obstáculos que se impõem na execução da política habitacional, as estratégias de atuação do PEHIS/GO estão agrupadas em três grandes eixos:

- EIXO HABITACIONAL – aborda o arcabouço programático que a AGEHAB deverá lançar mão para implementar a política habitacional estadual. Neste eixo são detalhados os programas, destacando os objetivos, público-alvo e procedimentos de cada ação. Considerando a diversidade de realidades que os municípios goianos possuem, e as particularidades territoriais, caberá ao Governo do Estado de Goiás dispor de alternativas de ações a serem acessadas pelas prefeituras de acordo com suas necessidades.
- EIXO INSTITUCIONAL – detalha os mecanismos de suporte às ações do Poder Público estadual e municipal para o planejamento e gestão da política habitacional. Constitui base para os eixos estratégicos e implementação de programas e ações. Visa aprimorar a capacidade de gestão do Governo do Estado e dos municípios goianos para o desenvolvimento da gestão do setor habitacional. O Eixo Institucional está vinculado diretamente ao tratamento das questões habitacionais, referindo-se (i) à melhoria das condições de habitabilidade das famílias residentes em áreas de risco e assentamentos precários, no meio urbano e rural; (ii) à redução do déficit habitacional voltado à moradia de interesse social; à regularização fundiária de conjuntos habitacionais e de moradias em assentamentos precários e; (iii) à assistência técnica a famílias em suas iniciativas, individuais ou coletivas, para a construção e melhoria de moradias;
- EIXO TRANSVERSAL – trata do amplo espectro que cerca a habitação de interesse social, não se limitando apenas à edificação da unidade, mas abrangendo toda a infraestrutura necessária para a sustentação do núcleo onde ela estiver inserida (saneamento ambiental, mobilidade, acessibilidade e transportes, entre outros), além da avaliação da localização da unidade ou empreendimento quanto às condições de risco e/ou de interesse ambiental, além das condições que devem estar a ela associadas de caráter social e cultural. Nesse quadro de interação entre políticas públicas e investimentos se inscreve o Eixo Transversal ao definir os meios, formas e parâmetros para a ação conjugada entre os diversos setores de governo na implementação dos programas e projetos em habitação.

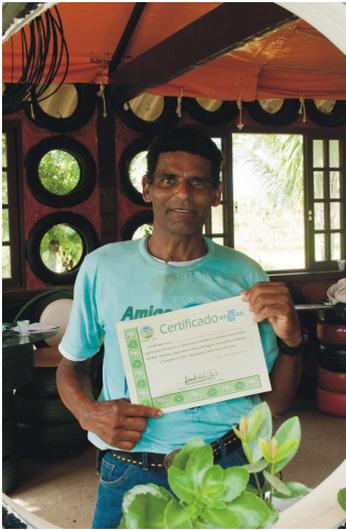
A evolução dos trabalhos em 2011, tendo em vista o aprimoramento e finalização das propostas de ação do PEHIS/GO, culminará na sua apreciação pelo Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social de Goiás – CGFEHIS/GO e debate final com a sociedade no Seminário Geral 2.

VII Edição do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor

O Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor tem como objetivo premiar prefeitos municipais que tenham implantado projetos com resultados comprovados de:

- a) estímulo ao surgimento e ao desenvolvimento dos pequenos negócios; e
- b) modernização da gestão pública.

Os projetos deverão ter como foco as empresas formais ou em processo de formalização, os empreendedores individuais ou outras formas produtivas caracterizadas como negócios de pequeno porte, tais como: consórcios de empresas, arranjos produtivos, associação de pequenas empresas, entre outras.



A assessoria técnica dada ao SEBRAE/RJ à VII Edição do Prêmio, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, consistiu na análise dos projetos habilitados, na pré-seleção de 20 projetos, no apoio às visitas técnicas e no suporte técnico à comissão julgadora.

Oito categorias são premiadas: melhor projeto e destaques temáticos para Compras Públicas dos Pequenos Negócios Locais, Formalização de Pequenos Negócios e Apoio ao Empreendedor Individual, Lei Geral Municipal, Médios e Grandes Municípios, Crédito e Capitalização, Planejamento e Gestão Pública para o Desenvolvimento Sustentável e Promoção do Desenvolvimento Rural.

Quarenta e sete prefeituras municipais foram habilitadas a participar do processo de pré-seleção englobando as seguintes regiões geográficas do Estado do Rio de Janeiro:

- Região do Médio Paraíba: 9 prefeituras
- Região do Centro-Sul: 7 prefeituras
- Região Metropolitana: 7 prefeituras
- Região Serrana: 7 prefeituras
- Região das Baixadas Litorâneas: 8 prefeituras
- Região Noroeste: 5 prefeituras
- Região Norte: 4 prefeituras



Os Prefeitos Municipais premiados serão conhecidos em cerimônia pública a se realizar em abril de 2012.

Prêmio CAIXA Melhores Práticas de Gestão Local

O IBAM prestou consultoria técnica especializada à Gerência Nacional de Planejamento e Avaliação das Ações de Desenvolvimento Sustentável da Caixa Econômica Federal (Caixa/GN-GEIPA) para o trabalho do Júri Externo no âmbito do Programa Caixa Melhores Práticas de Gestão Local, 7ª edição 2011–2012.

Os objetivos da contratação da consultoria foram: (a) ampliar o alcance do Programa e do Prêmio, favorecendo o sucesso da iniciativa e otimizando recursos investidos pela Caixa; (b) contribuir para a ampliação das chances de premiação das melhores práticas 2011–2012 no Prêmio Internacional de Dubai para Melhores Práticas 2012 e (c) propor sugestões e recomendações com vistas ao aprimoramento dos trabalhos nas próximas edições do Prêmio no Brasil.

As atividades cumpridas pelo IBAM incluíram ações de estudos preparatórios, participação como observador externo nos trabalhos da etapa final do Júri, realizada nos dias 24 e 25 de novembro de 2011, em Brasília-DF, e elaboração de Relatório de Consultoria.

Oitava Edição do Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica

O Prêmio PROCEL Cidade Eficiente em Energia Elétrica reconheceu, mais uma vez, as boas práticas em eficiência energética realizadas pelas Administrações Municipais.

Na Cerimônia da Premiação realizada no dia 25 de novembro de 2011, na ocasião do V Seminário Internacional sobre Federalismo e Desenvolvimento, promovido pela Associação Brasileira de Municípios – ABM, em Goiânia/GO, foram agraciadas as seguintes Prefeituras Municipais, segundo as categorias especificadas:

CATEGORIA EDUCAÇÃO

Prefeitura Municipal de Timon – MA

CATEGORIA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

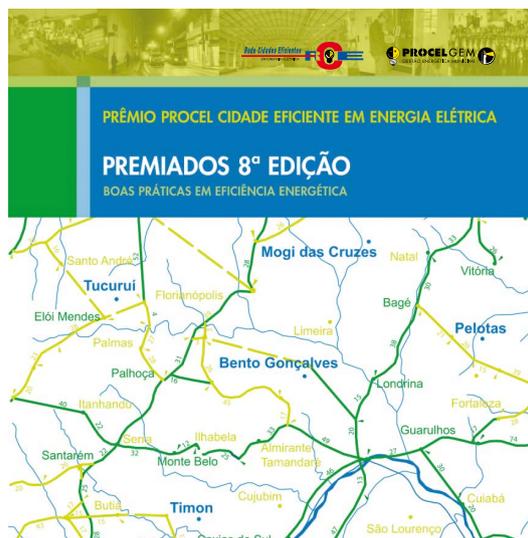
Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes – SP

CATEGORIA PRÉDIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves – RS

CATEGORIA SISTEMAS DE SANEAMENTO

Prefeitura Municipal de Pelotas – RS



O Prêmio Destaque em Promoção dos Conceitos de Eficiência Energética foi conferido ao Município de Tucuruí (PA).

Nesta edição, receberam o Reconhecimento de Mérito, as instituições que participaram da execução dos projetos premiados: Eletrobras Eletronorte, Companhia Energética do Maranhão (CEMAR), EDP Bandeirante Energia S.A., Rio Grande Energia Uma Empresa CPFL Energia,

EfficiencySul Eficiência Energética, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) e Fundação ULBRA.

As ações desenvolvidas por estes Municípios e seus parceiros se revelaram de grande contribuição para a sociedade e, além de promoverem a economia de energia elétrica e a redução de custos, também obtiveram soluções inovadoras relacionadas à preservação do meio ambiente, à mudança de hábitos e ao aumento da qualidade de vida da população.

Com a divulgação e disseminação das soluções encontradas por estes Municípios e seus parceiros, espera-se contribuir para a multiplicação de novas ações e a disseminação de uma postura permanente de melhoria da eficiência energética, da qualidade de vida da população e do desenvolvimento socioeconômico do país.

Metodologia de Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica

Em parceria com a ELEKTRO Eletricidade e Serviços S.A.

Em parceria com a ELEKTRO, o IBAM implementa em quatro Municípios – Araras, Rio Claro, São João da Boa Vista e Tatuí – a Metodologia de Elaboração de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica (PLAMGEs), contemplada no Programa de Eficiência Energética da concessionária distribuidora de energia elétrica, que investe anualmente parte de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em ações de combate ao desperdício de energia elétrica.



O desenvolvimento das atividades previstas na Metodologia de PLAMGEs nos quatro Municípios cumpre os seguintes objetivos principais:

- formar e capacitar uma equipe multidisciplinar, com competência própria – a Unidade de Gestão Energética Municipal (UGEM), que irá estabelecer padrões de consumo, organizar, gerenciar, planejar e implementar ações de eficiência energética nos vários segmentos de consumo do Município;
- criar a Unidade de Gestão Energética Municipal – UGEM – com pessoal capacitado e infraestrutura mínima para a aplicação das atividades referentes às etapas da Metodologia ELETROBRAS PROCEL/IBAM de Planos Municipais de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGEs;
- capacitar a UGEM para o uso do software Sistema de Informação Energética Municipal – SIEM;
- implementar e estabelecer rotina mensal de divulgação dos resultados dos trabalhos;
- elaborar o Plano Municipal de Gestão da Energia Elétrica – PLAMGE.

Os quatro Municípios pertencentes à área de concessão da ELEKTRO são os primeiros a aplicar a Metodologia de PLAMGEs revista e aprimorada pelo IBAM e pela ELETROBRAS PROCEL, em 2010. Atualmente constituída de ações agrupadas em sete etapas, com

o objetivo de criar ao longo da sua implementação uma política pública permanente relacionada ao uso eficiente da energia elétrica.

Destaca-se como diferencial importante, a agregação aos trabalhos dos Agentes Institucionais da ELEKTRO, responsáveis pelo atendimento nos Municípios, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento das atividades, avaliar os resultados positivos e fortalecer a interlocução entre a concessionária de energia elétrica e as Administrações Municipais.

Guia Técnico Planejamento Urbano e o Uso Eficiente da Energia Elétrica

Integrante da primeira coleção de publicações decorrente da parceria IBAM - ELETROBRAS/PROCEL, encontra-se em processo de reformulação o Guia Técnico Planejamento Urbano e o Uso Eficiente da Energia Elétrica, publicado em primeira edição em 1999. A revisão da publicação possibilitará a sua atualização e a incorporação dos avanços das práticas de gestão nos diversos temas do desenvolvimento urbano, sob a ótica da eficiência energética e das diretrizes da política urbana atual e do Estatuto das Cidades.

O novo Guia Técnico tem como objetivo instruir a agenda contemporânea dos gestores e técnicos municipais contemplando o aprimoramento dos diferentes temas tratados no campo do planejamento urbano na sua relação com o uso eficiente da energia elétrica, com conforto ambiental, clima urbano e mudanças climáticas, além da legislação e normas técnicas atualizadas.

Há pouco mais de dez anos da primeira publicação muitas transformações ocorreram, como a crise no fornecimento de energia elétrica em 2001, o novo ciclo de crescimento econômico do país, iniciado na década de 2000, além da urgência na adoção de medidas mitigadoras para enfrentar as mudanças climáticas em curso, constituem circunstâncias a serem consideradas em direção à garantia de condições sustentáveis de vida nas cidades. Esses fatores alteram o contexto no qual se deve pensar o planejamento urbano e o uso eficiente da energia elétrica, confirmando a sua relevância e exigindo a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento e sustentabilidade adotado nos Municípios.

A nova versão do Guia Técnico reforça a ideia de que incorporar a preocupação em relação ao uso eficiente da energia elétrica no processo cotidiano de construção das cidades configura, antes de tudo, uma postura ética em relação ao meio ambiente e às futuras gerações.

Nesse cenário a consideração da eficiência energética e do conforto ambiental nas práticas locais deve ser consolidada no âmbito do planejamento urbano e das políticas públicas e irá imprimir uma nova dinâmica no tratamento das questões relativas ao clima urbano e aos desafios da sustentabilidade das cidades. As mudanças normativas e os avanços científicos, assim como as novas tecnologias, serão capazes de orientar o planejamento urbano que resulte em cidades saudáveis e sustentáveis, e com maiores ferramentas para que os planejadores e gestores municipais possam enfrentar de forma mais adequada os desafios da agenda urbana.

A busca por estudos atuais e novas formas de abordagem do uso eficiente da energia elétrica no ambiente urbano levou a equipe do IBAM a participar, em agosto de 2011, do XI Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído (ENCAC). Na ocasião, foi possível confirmar que os temas do conforto ambiental e da eficiência energética são interagentes, estando esta relação em processo de construção e aprofundamento dos estudos e pesquisas nas Universidades brasileiras, constituindo um desafio significativo a tradução dos preceitos desse campo do conhecimento para a aplicação prática nas atividades e instrumentos de gestão urbana.

Os trabalhos da equipe do IBAM contam com o aporte de diversos especialistas tendo sido realizada, no mês de setembro de 2011, reunião técnica entre as coordenações do IBAM e do PROCEL Edifica, além dos consultores temáticos, para avaliação da estrutura proposta para o novo Guia Técnico.

O Guia Técnico Planejamento Urbano e o Uso Eficiente da Energia Elétrica será destinado, sobretudo, aos planejadores e gestores de Municípios de pequeno e médio porte que, em geral, demandam instrumentos de difusão da informação e orientação prática desse tipo.

Guia Técnico para Elaboração e Atualização do Código de Obras e Edificações - Convênio IBAM/PROCEL/ELETRÓBRÁS

Resultante da parceria inaugural entre o IBAM e a ELETRÓBRÁS, o Manual para a Elaboração de Código de Obras e Edificações, publicado em 1997, apresentava elementos que buscavam introduzir o tema da eficiência energética nas edificações ao processo de elaboração ou revisão de códigos municipais de obras e edificações, dirigindo-se em especial aos gestores locais.

Passados treze anos do lançamento daquela publicação, as experiências do IBAM em assessorias técnicas aos Governos locais, nos múltiplos temas envolvidos com a política urbana e a redução do consumo energia elétrica pelos municípios, e da ELETRÓBRÁS, por intermédio do subprograma PROCEL EDIFICA, motivaram a elaboração do novo Guia Técnico para Elaboração e Atualização do Código de Obras e Edificações, tornando possível atualizar e aprimorar as interações da matéria edilícia com os temas relacionados à eficiência energética, conforto ambiental, mudanças climáticas, acessibilidade, legislação urbanística, entre outros.

O novo Guia Técnico tem como objetivo central orientar a adoção de parâmetros atualizados voltados para a eficiência energética e o conforto ambiental das edificações, entre outros temas e demandas da sociedade brasileira contemporânea que encontram, na legislação edilícia, espaço adequado para a materialização dos novos paradigmas de sustentabilidade ambiental urbana.

Para a realização dos trabalhos, os especialistas do IBAM contam com o apoio de um grupo de renomados consultores de diversas universidades brasileiras que estudam a relação dos padrões de conforto ambiental com a eficiência energética, além de consultoria sobre o impacto do atual panorama das mudanças climáticas no planejamento urbano. Em meados

de 2011, o processo de trabalho foi iniciado com a realização de uma oficina técnica com o grupo de consultores, a fim de caracterizar as necessidades de atualização do novo guia técnico nos diversos temas que incorpora, tendo resultado em uma versão preliminar a ser consolidada ao longo de 2012.

Modernização Administrativa, Fiscal e Urbanística da Prefeitura Municipal de Natal

Em 2008 a Prefeitura Municipal de Natal/RN e o IBAM firmaram contrato para serviços de consultoria para Modernização Administrativa e Fiscal da Prefeitura Municipal de Natal. O projeto teve continuidade em 2011, com ações relativas a dois componentes: Subprojeto 1 – Redesenho de Processos e Subprojeto 2 – Atualização e consolidação de legislação.



Entre os produtos desenvolvidos destacam-se:

- Manual de Redação Oficial da Prefeitura
- Anteprojeto de Lei do Código Urbanístico e Ambiental
- Plano de Capacitação da Escola Municipal de Gestão Pública
- Instruções Normativas de Compras, Contratos e Convênios
- Redesenho dos processos de trabalho

Cabe destacar o trabalho desenvolvido em estreita cooperação com a Secretaria Municipal de Tributação de Natal – SEMUT na revisão e atualização da legislação tributária do Município, visando dar mais agilidade a gestão e oferecer mais qualidade nos serviços prestados aos contribuintes, e em estreita interlocução com o trabalho de redesenho dos processos visando ajustá-los à nova legislação.

Com esses objetivos, foram desenvolvidos e regulamentados os seguintes instrumentos e procedimentos: Anteprojeto de Lei do Código Tributário; Regulamento do Código Tributário; Instrução Normativa para Gestão da Dívida Ativa; Instrução Normativa para Fiscalização Mercantil e Imobiliária; Redesenho dos processos da SEMUT.

Reestruturação Administrativa

Os trabalhos com foco na estrutura organizacional visaram adequar as administrações municipais ao desempenho de suas finalidades, diante das demandas da população e dos objetivos e programas de ação governamental, estabelecendo mecanismos de aproximação entre o Governo e a comunidade, tendo em vista a melhor gestão dos recursos e serviços públicos.

Foram realizados projetos para as Câmaras Municipais de Franca/SP, de Bragança Paulista/SP, e de Vinhedo/SP, ainda em andamento, e de Mendes/RJ, bem como para as Prefeituras Municipais de Armação de Búzios e de Vinhedo/SP, também em fase de conclusão.

Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho

A revisão e efetiva implantação de um Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos possibilita à administração municipal recursos para valorizar e melhor aproveitar o potencial dos servidores, bem como subsidiar o recrutamento de novos servidores com vistas a alcançar, mais rapidamente, os resultados organizacionais pretendidos.

No ano de 2011 o IBAM elaborou projetos de Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos e Sistema de Avaliação de Desempenho para as Câmaras Municipais de Bragança Paulista/SP e de Franca/SP e bem como para as Prefeituras Municipais de Bom Jesus da Lapa/BA, de Gaspar/SC, de Treze Tílias/SC, de Vila Pavão/ES, de São Manoel/SP, de Natividade/RJ, de Monte Santo de Minas/MG, de Rio Bonito/RJ e de Sales Oliveira/SP.

Estão em andamento os Planos das Prefeituras Municipais de Miguel Pereira/RJ, de Quatis/RJ, de São José dos Pinhais/PR, de Tibagi/PR e Vinhedo/SP, bem como para a Câmara Municipal de Vinhedo/SP.

Estatuto e Plano de Carreira e Remuneração do Magistério

A valorização e o melhor aproveitamento do potencial dos servidores do Magistério Público Municipal são os resultados mais evidentes da revisão e implementação desse Estatuto, segundo os princípios básicos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 2011, as Prefeituras Municipais de Vila Pavão/ES, de São Manoel/SP e de Miguel Pereira/RJ, todos ainda em fase de execução, atenta as suas necessidades, procederam a revisão de seus Estatutos do Magistério com a assessoria do IBAM. Em relação a esse tipo de trabalho o IBAM elaborou o Projeto de Estatuto e Plano de Carreiras e Remuneração do Magistério para as Prefeituras Municipais de Bom Jesus da Lapa/BA, de Luziânia/GO, de Rio Bonito/RJ, de Natividade/RJ, de Treze Tílias/SC e de Gaspar/SC.

Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

As Prefeituras Municipais de Miguel Pereira/RJ e de Quatis/RJ, tiveram a assessoria do Instituto para atualizar a legislação municipal relativa aos direitos, deveres e responsabilidades dos seus servidores, adequando-a aos preceitos da Constituição Federal, à jurisprudência dos Tribunais e à doutrina dominante, ainda em fase de execução.

Da mesma forma foram elaborados e concluídos Projetos de Estatuto dos Servidores Públicos Municipais para as Prefeituras Municipais de Rio Bonito/RJ, de Sales Oliveira/SP, de Bom Jesus da Lapa/BA, de São Manoel/SP, de Correia Pinto/SC, de Treze Tílias/SC e de Gaspar/SC.

Sistema Municipal de Avaliação da Educação Básica

Em atenção ao compromisso “Todos Pela Educação” e às metas de qualidade estabelecidas como desafio aos gestores locais pelo Governo Federal, o IBAM participa desse esforço nacional voltado à melhoria do ensino para um número maior de alunos.

No ano de 2011 a Prefeitura Municipal de Porto Real/RJ teve a assessoria do IBAM para um estudo de implantação de um Sistema Municipal de Avaliação da Educação Básica pela aplicação de provas e outros instrumentos que permitam mensurar a qualidade do serviço público prestado à população neste campo.

Revisão de Projetos

O IBAM procedeu à revisão dos seguintes Projetos junto à Câmara Municipal de Poços de Caldas/MG:

- Projeto de Lei do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Prefeitura Municipal;
- Estrutura, Carreira e Ética da Guarda Municipal;
- Estrutura da Procuradoria Geral do Município;
- Criação da Carreira de Procurador Municipal;
- Fundo de Modernização da Procuradoria Geral – FUMPRO;
- Servidores não transportados para o Regime Jurídico Estatutário da Administração Direta e Indireta do Município.



Concursos Públicos

Captar e desenvolver o capital humano na Administração Pública é assunto que requer estratégia e investimento e que vai muito além do mero cumprimento dos dispositivos legais que regem a matéria. O assessoramento que o IBAM faz na realização de concursos públicos, que inclui todas as etapas do certame, desde a elaboração dos instrumentos normativos até a homologação dos resultados finais, é o resultado de anos de experiência, onde a estreita articulação com a equipe da instituição nas definições e decisões necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos foi fator decisivo de sucesso.

Em 2011 foram realizados os seguintes concursos:

CONTRATANTE	Nº Cargos	Candidatos Inscritos
Prefeitura Municipal de Imbituba – SC	101	972
Prefeitura Municipal de Treze Tílias – SC	25	301
Prefeitura Municipal de Indaial – SC	106	4.028
Câmara Municipal de Caçador – SC	7	1.181
Prefeitura Municipal de Lages – SC	72	9.792
Prefeitura Municipal de Gaspar – SC	70	1.096
Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul – SC	5	178
Superintendência de Água e Esgoto de Catanduva (SAEC) – SP	3	95
Prefeitura Municipal de Catanduva – SP	35	1.303
Prefeitura Municipal de Mongaguá – SP	52	8.396
Prefeitura Municipal de Franca – SP	12	42
Empresa Municipal para o Desenvolvimento de Franca (EMDEF) – SP	2	202
Prefeitura Municipal de Nuporanga – SP	15	261
Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro – SP	23	1.359
Prefeitura Municipal de Guarulhos – SP	55	24.767
Prefeitura Municipal de Rio Claro – SP	16	374
Prefeitura Municipal de Limeira – SP	9	1.461
Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos (PROGUARU) – SP	13	6.833
Empresa Municipal de Habitação Popular de Santo André – SP	2	230
Prefeitura Municipal de Bragança Paulista – SP	63	4.183
Câmara Municipal de Itirapina – SP	7	305
Prefeitura Municipal de Limeira – SP	68	8.647
Prefeitura Municipal de Santos – SP	44	67.946
Prefeitura Municipal de Araraquara – SP	50	6.141
Companhia Tróleibus Araraquara – SP	13	634
Prefeitura Municipal de Catanduva – SP	44	1.919
Prefeitura Municipal de Mirassol – SP	59	4.827
Prefeitura Municipal de Rio Claro – SP	17	896
Prefeitura Municipal de Praia Grande – SP	107	17.088
Prefeitura Municipal de São Sebastião – SP	13	1.722
Prefeitura Municipal de Vassouras – RJ	8	2.518
Prefeitura Municipal de Pinheiral – RJ	62	1.901
Prefeitura Municipal de Barra do Pirai – RJ	10	4.293

CONTRATANTE	Nº Cargos	Candidatos Inscritos
Prefeitura Municipal de Paraíba do Sul – RJ	16	3.002
Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro – ES	44	2.631
Câmara Municipal de Mendes – RJ	5	319
Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Lapa – BA	57	10.980

Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno

O IBAM está assessorando a Câmara Municipal de Barbacena/MG na elaboração do projeto de Revisão e Atualização de Lei Orgânica e de Regimento Interno com o objetivo de apontar as inconstitucionalidades, ilegalidades e impropriedades existentes e, conforme distorções apresentadas, propor novos textos contendo os dispositivos mais apropriados a esses instrumentos legislativos.

Revisão do Código Tributário Municipal e Diagnóstico da Atividade Tributária

O IBAM assessorou a Prefeitura Municipal de Hortolândia/SP objetivando a execução do Projeto de Revisão do Código Tributário Municipal e do Diagnóstico da Gestão Tributária. A execução do Projeto teve como principal atividade avaliar a legislação tributária atual do Município nos seus aspectos legais, impositivos e financeiros, oferecendo alternativas de reformulação do Sistema Tributário do Município acompanhadas de argumentos e justificativas embasados na realidade socioeconômica local, nos princípios das finanças públicas e na doutrina, com vistas a auxiliar os gestores municipais na formulação e implementação de nova política tributária que mais se coadune com os programas e metas governamentais.



Gestão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza com implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

A metodologia do IBAM de Gestão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) com a implantação da Nota Fiscal de Serviços eletrônica – NFS-e oferece um conjunto de ferramentas de trabalho, revisão de processos e assessoramento jurídico-tributário decisivos no apoio ao processo de controle fiscal e contra a sonegação, e contribuindo para o aumento da arrecadação municipal.

Essa metodologia de assessoramento proporciona a elaboração de atividades, processos e gestão, exclusivamente via Internet. Com efeito, sua implementação junto às administrações públicas busca alcançar, como objetivos principais, a redução dos custos de gestão, o uso de ferramentas tecnológicas no relacionamento com o Contribuinte, a gestão da informação com Inteligência Fiscal, e a devida otimização da arrecadação do ISSQN.

Nesse contexto, o IBAM consolidou em 2011 sua metodologia de gestão do ISSQN, ampliando a participação no mercado com o estabelecimento de 12 novos contratos nos Municípios de Aracaju/SE, Bagé/RS, Campo Belo/MG, Cordeiro/RJ, Feira de Santana/BA, Formiga/MG, Itaúna/MG, Lagarto/SE, Lucas do Rio Verde/MT, Miguel Pereira/RJ, Santa Maria Madalena/RJ e Viçosa/MG e manteve os cinco contratos já em andamento em 2010 com os Municípios de Nova Friburgo/RJ, Porto Real/RJ, Niterói/RJ, Teresópolis/RJ e Nerópolis/GO.

Os Municípios de Camanducaia/MG, Paty do Alferes/RJ, Amargosa/BA, Barroso/MG e Ouro Preto do Oeste/RO se associaram ao IBAM, através da modalidade da associação ampliada, nova forma de obter os benefícios do IBAM, na qual, além de usufruírem os benefícios da associação básica, os associados têm a disposição a Metodologia de Gestão do ISSQN, a distância.

O IBAM também foi contratado pela CODIUB – Companhia de Desenvolvimento de Informática de Uberaba/MG para implantar a metodologia em Uberaba/MG e nos Municípios de Catu e Pojuca na Bahia.

Mantendo uma constante interlocução com os Municípios, o IBAM, mensalmente, apresenta sugestões de ações que visam ao incremento da arrecadação do ISSQN, baseado nas informações obtidas no Sistema de Gestão da NFS-e.

Principais Dados

Em 2011, o total de 25 municípios foram assessorados pelo IBAM na metodologia de Gestão Compartilhada do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

No Sistema de Gestão da NFS-e, totalizou-se a quantidade de 57.683 contribuintes cadastrados, responsáveis pela emissão de 4.631.018 notas fiscais de serviços eletrônicas. É ponto comum nos Municípios atendidos pelo IBAM que houve aumento na emissão de notas fiscais de serviços após a implementação do Sistema de Gestão do ISSQN. E, conseqüentemente, a arrecadação total do ISSQN nesses Municípios atingiu o total de R\$ 231.444.149,70, representando o incremento médio de arrecadação de 31% em 2011.

Gestão da Dívida Ativa

O assessoramento em desenvolvimento institucional com foco na Recuperação de Créditos e Gestão da Dívida Ativa compreende a elaboração de procedimentos administrativos para inscrição, cobrança, recebimento e baixa da dívida ativa, capacitação de servidores municipais vinculados à gestão da dívida, depuração e atualização do banco de dados,

determinação de estratégias de recuperação de créditos inscritos ou não inscritos em dívida ativa e acompanhamento e assessoramento à recuperação de créditos municipais.

Os contratos com os Municípios de Hortolândia e Jacareí, no Estado de São Paulo, apresentaram resultados 13% superiores em relação às metas estabelecidas para a recuperação de créditos.

Além dos resultados financeiros obtidos, o assessoramento possibilita o constante aprimoramento dos processos de cobrança e a capacitação dos servidores municipais vinculados à gestão da dívida ativa.

Ação cultural

O IBAM mantém em circulação a *Revista de Administração Municipal – Municípios*, e o acordo de coedição com a Editora Lumen Juris, conserva sua biblioteca aberta ao público e alimenta sua homepage frequentemente, com notícias, estudos, textos técnicos, publicações de interesse tanto para o público em geral como para estudiosos dos vários aspectos das políticas públicas.



No âmbito do acordo editorial com a Lumen Juris, foi preparada nova edição do livro *A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal*, atualizada por Heraldo da Costa Reis, a publicação *Municipalismo e Política Urbana: A Influência da União na Política Urbana Municipal*, de Eduardo Domingues, e lançado o *Curso Prático de Licitações – Os Segredos da Lei nº 8.666*, de Luiz Claudio de Azevedo Chaves.

Incluem-se também as atividades desenvolvidas pelo Instituto, de interesse técnico-educativo da população estudantil e dos estudiosos de administração, assim como para o segmento formado por agentes políticos – Prefeitos e Vereadores – que se utilizam dos produtos oferecidos pelo IBAM para o aumento da qualidade de seu desempenho e para o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais e com a sociedade.

Paralelamente, o Instituto realiza outras ações específicas que priorizam demandas sociais e culturais, como a cessão de seu auditório a escolas públicas para a realização de atividades, a doação de móveis e material de escritório a escolas municipais e associações comunitárias, bem como doação de computadores e material de informática a alunos do CIEP Presidente Agostinho Neto.

A Biblioteca Cleantho de Paiva Leite, com livre acesso ao público, foi criada no início da década de 1960 e mantém-se como centro de difusão técnico-cultural sobre administração municipal e urbana, destacando-se pelos documentos relativos ao desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro.

Seu público principal se compõe de estudantes de segundo grau, de escolas públicas ou privadas, e de universidades, que a utilizam para pesquisas de trabalhos na área de programas cívico-sociais; e mestrandos e doutorandos de cursos voltados para as políticas públicas sociais e urbanas que ali encontram valioso material para suas teses de mestrado e doutorado.

Compromisso social

Tendo a valorização da cidadania explícita no texto da sua missão, o IBAM intensifica o exercício desse compromisso, visível na diversificada natureza dos trabalhos realizados, entre os quais se destaca o conjunto de ações que privilegia o aperfeiçoamento da participação popular e da transparência das políticas públicas nas áreas de inclusão e assistência social e da promoção dos direitos humanos.

Por acreditar na importância do diálogo entre a sociedade civil e o governo na concepção, execução e avaliação de políticas públicas, uma das principais prioridades do Instituto é acompanhar as ações governamentais na área de direitos humanos.

O Instituto se faz representar no Conselho Estadual de Direitos da Mulher – CEDIM, ligado à Superintendência dos Direitos da Mulher – SUDIM, da Secretaria de Estado e Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH, do Governo do Estado do Rio de Janeiro. No CEDIM advoga em prol das políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades de gênero e incide politicamente para que os direitos das mulheres do Estado do Rio de Janeiro, em sua diversidade, sejam prioridade no âmbito da pauta governamental visando, assim, ao fortalecimento do ideário feminista, das organizações de mulheres e dos movimentos sociais.

Ao longo da última década, o IBAM e o CEDIM, juntamente com outras organizações da sociedade civil, têm desenvolvido parcerias para o monitoramento e avaliação de políticas governamentais e ações de empoderamento feminino. Em 2011, atuou ativamente como membro da Comissão Organizadora e da Subcomissão de Relatoria e Metodologia, na preparação e realização da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres – III CEPM, cujo processo envolveu cerca de 8.000 mulheres de 52 Municípios. A Conferência foi realizada nos dias 21, 22, 23 e 31 de outubro de 2011 e contou com 800 participantes que se reuniram em sete grupos de trabalhos temáticos e em plenárias para debate e aprovação das prioridades e recomendações de ações, sistematizadas no Documento Final, visando, assim, sua inclusão no I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres.

O IBAM também ocupa assento no Conselho Municipal de Assistência Social e da Gestão de Fundos Especiais da Assistência Social do Município do Rio de Janeiro. Os conselhos figuram como instrumentos de participação da sociedade civil, para a vocalização de demandas e necessidades, e pressupõem um novo tipo de relação entre o Estado e a Sociedade Civil baseado nos princípios da democracia participativa. Nesses últimos três anos o IBAM acompanhou, avaliou e fiscalizou os serviços de assistência social prestados pela rede socioassistencial da Cidade do Rio de Janeiro, definindo os padrões de qualidade de atendimento e estabelecendo os critérios para o repasse de recursos financeiros como prescreve o artigo 18 da LOAS, além de oferecer capacitações sobre a temática.

É ainda membro permanente do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; da Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Infantil no Estado do Rio de Janeiro e do Fórum Nacional Lixo e Cidadania/“Criança no lixo nunca mais”. Integra também, desde sua criação, o Comitê Nacional de Combate à Dengue do Ministério da Saúde; é membro do Fórum Nacional e Estadual de Economia Solidária e do Fórum de Desenvolvimento Local Integrado.

Além disso, o IBAM atende a todas características essenciais das entidades e organizações de assistência social elencadas no artigo 1º da resolução 191 do CNAS, prestando assessoria de forma continuada, permanente e planejada, por meio de serviços, programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos, pela construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, fortalecimento dos movimentos sociais, atuando sobre a capacitação de lideranças e socializando por meio de estudos, pesquisas e capacitações para ampliar a capacidade de ação dos gestores públicos.

Independentemente dessa militância institucional, o Instituto mantém ações de incidência direta sobre os meios sociais onde atua – a maioria custeada por recursos captados em fontes não governamentais – e por seu reconhecido papel no apoio à construção de políticas públicas descentralizadas e participativas constantemente é chamado para atuar em parceria com o Governo Federal e os Estaduais, para contribuir na construção e implementação de política de inclusão socioproductiva e de promoção de direitos humanos e equidade de gênero nos territórios e localidades.

Em 2011, nos projetos que desenvolveu, deve-se destacar:

Desenvolvimento de Mecanismos de Inserção de Mulheres no Mercado de Trabalho – o Programa Trabalho e Empreendedorismo da Mulher, ação que integra a colocação das mulheres no mercado de trabalho à promoção da independência econômica, expandiu-se e em 2011 foram realizadas oficinas na Região Metropolitana do Recife, espaço que apresenta alto índice de violência urbana e doméstica contra mulheres, e também em sete Municípios do Pará – Ananindeua, Belém, Capanema, Marabá, Parauapebas, Santarém e Soure, com ênfase nos serviços, programas, projetos e ações voltados para a geração de emprego, trabalho e renda.

No âmbito dos trabalhos realizados para apoiar e estruturar parcerias público-privadas municipais, as ações focaram a inclusão produtiva de segmentos sociais de baixa renda, especialmente o de catadores de material reciclável e reutilizável, nos Municípios de Ilhéus/BA e Manaus/AM, e o de pequenos agricultores situados nas bordas das áreas urbanas de treze Municípios do norte do estado de Alagoas.

A infância e a adolescência, admitidas como prioridade imediata e absoluta, exigem uma consideração especial e isto significa que a sua proteção deve sobrepor-se às medidas de ajustes econômicos com o objetivo de serem resguardados os seus direitos fundamentais. O Apoio à Municipalização e Descentralização das Medidas Socioeducativas em Meio

Aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade – Para Adolescentes Autores de Ato Infracional é um importante programa iniciado em 2011 que tem como objeto avaliar as dinâmicas e os procedimentos envolvendo menores de idade, assim como propor novos arranjos institucionais, em consonância com a Doutrina de Proteção Integral, que tem por fundamento o tripé: liberdade, respeito e dignidade.

Desde o início de 2006, o Projeto ComUnidade vem incentivando e apoiando a organização dos moradores de várias localidades do Extremo Sul da Bahia em Grupos de Desenvolvimento Local. Esses grupos foram responsáveis por mudança significativa na capacidade de organização dos moradores dessas comunidades e gerou várias iniciativas para a melhoria de suas condições de vida. Dentre essas iniciativas, destaca-se a criação de cooperativas, voltadas para a produção de carvão e de costura, além da criação/reorganização de associações de produtores agrícolas, cujas consolidações foram concluídas em 2011.

Também exemplo de compromisso social é o programa fomentador de cultura e formador de público para espetáculos de qualidade artística. Em paralelo, o Instituto cede seu auditório para escolas públicas, promove a doação de móveis, material de escritório, computadores e material de informática a escolas municipais e associações comunitárias.

Balanço Social, Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado



Balço Social

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL		
1 - Base de Cálculo	2011	
	Qtde	Valor (mil)
Folha de pagamento bruta (FPB) Funcionários	74	2.542.031
Terceirizados	11	15.132.694
Autônomo	59	1.609.363
Total Base de Cálculo		19.284.088
2 - Indicadores Sociais Internos		
Alimentação	74	212.685
Transportes	42	77.970
Encargos Sociais	74	1.118.173
Saúde	74	169.426
Segurança e medicina no trabalho	74	100.484
Ações Judiciais Empregados contra Empresa	0	-
Total de Indicadores Sociais Internos		1.678.738
3 - Indicadores Sociais Externos		
Educação		33.992
Cultura		57.578
Outros		84.520
Total de Indicadores Sociais Externos		176.091
4 - Indicadores Ambientais		
Investimentos e gastos c/ manut.nos processos oper p/ melhoria do meio ambiente		-
Educação ambiental para a comunidade		-
outros processos ambientais		195.537
Processos ambientais, adm e judiciais movidos contra a entidade		-
Valor de multas e das indenizações relativas a materia ambiental		-
Total dos investimentos em meio ambiente		195.537
5 - Indicadores do Corpo Funcional		
		Qtde
Nº de empregados(as) ao final do período		74
Nº de admissões durante o período		24
Nº de demissões durante o período		19
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		3
Nº de estagiários(as)		15
Nº de empregados(as) menores de 18		0
de 18 a 35		29
de 36 a 60		38
acima de 60		7
Nº de mulheres que trabalham na empresa		37
Nº de homens que trabalham na empresa		37
% de cargos de chefia ocupados por mulheres		50%
% de cargos de chefia ocupados por homens		50%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa		4
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)		0
Portadores de Deficiência/Necessidades Especiais		1
Nível de escolaridade- Analfabetos		0
ensino fundamental		8
ensino médio		29
ensino técnico		0
ensino superior		29
pós-graduados		8
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		2011
	%	
Relação entre a maior e a menor remuneração-Empregados		16,66
Relação entre a maior e a menor remuneração-Administradores		1,44

Demonstração do Resultado

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

	dez/11	dez/10
RECEITAS OPERACIONAIS	<u>24.359.370,61</u>	<u>21.858.727,12</u>
RECEITAS DAS ÁREAS OPERACIONAIS	24.359.370,61	21.858.727,12
Contratos e Outros	22.459.485,02	20.647.693,02
Convênios	1.576.237,99	620.969,62
Cursos e Seminários	323.647,60	590.064,48
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	<u>1.288.049,93</u>	<u>1.073.130,64</u>
LIVRARIA	18.709,80	15.709,89
FINANCEIRA	531.732,01	5.042,95
OUTRAS RECEITAS	737.608,12	1.052.377,80
TOTAL RECEITA	25.647.420,54	22.931.857,76
CUSTOS DOS PROJETOS	<u>20.228.886,58</u>	<u>16.562.376,04</u>
PROJETOS FILANTRÓPICOS	5.279.149,81	4.669.488,55
OUTROS PROJETOS	14.949.736,77	11.892.887,49
DESPESAS OPERACIONAIS	<u>4.956.100,94</u>	<u>6.362.463,67</u>
ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.956.100,94	6.362.463,67
Pessoal	1.001.775,97	1.207.624,27
Encargos Sociais e Trabalhistas	918.024,31	826.437,93
Serviços de Terceiros	382.355,76	665.652,16
Viagens Institucionais	174.134,64	220.289,43
Manutenção e Conservação	279.645,33	215.145,46
Despesas Gerais	880.821,34	727.743,98
Financeiras	1.284.249,93	2.308.913,47
Depreciação do Imobilizado	35.093,66	190.656,97
TOTAL DESPESA	25.184.987,52	22.924.839,71
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	462.433,02	7.018,05

Luiz Claudio Ferreira da Silva
Contador
CRJ 089614/0-0
CPF: 937.633.107-97

Paulo Timm
Superintendente Geral
RG: 2.028.439-0 - CRA/RJ
CPF: 457.512.429-04

